

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JÚLIA GOMES MOTA

**UM MONARCA CRUZA OS PAGOS: A VIAGEM DE DOM PEDRO II AO RIO
GRANDE DO SUL EM 1865 E SEUS IMPACTOS POLÍTICOS.**

Porto Alegre

2013

JÚLIA GOMES MOTA

**UM MONARCA CRUZA OS PAGOS: A VIAGEM DE DOM PEDRO II AO RIO
GRANDE DO SUL EM 1865 E SEUS IMPACTOS POLÍTICOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel
pelo Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul – UFRGS

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos
Neumann

Porto Alegre

2013

“O imperador pôs a mão no meu ombro e disse:

- Estimo-te. Podes ir... e cala-te.

E vancê creia... - que diabo! – tive um estremeção por dentro!...

Eu pensava que o imperador era um homem diferente dos outros... assim todo de ouro,

todo de brilhantes, com olhos de pedras finas...

Mas, não senhor, era um homem de carne e osso, igual aos outros... mas como *quera*...

uma cara tão séria e um jeito ao mesmo tempo tão sereno e tão mandador, que deixava

um qualquer de rédea no chão!... Isso é que era!”

O chasque do Imperador – Simões Lopes Neto

Resumo:

O presente trabalho estudará a conjuntura política da província do Rio Grande do Sul no ano de 1865, sua relação com a tomada da Vila de Uruguaiana por tropas paraguaias, quando há uma visível inércia da defesa imperial na fronteira, e a expulsão dos invasores, dois meses depois, diante da presença do Imperador Dom Pedro II. Busca-se, através da análise da documentação recolhida, compreender a importância da figura real para a reordenação dos exércitos em meio às disputas locais que deram espaço ao sucesso do inimigo. Para isto, as fontes recolhidas, pensadas juntamente com o momento histórico em que se enquadram, serão discutidas sob o prisma das representações políticas e teoria do imaginário social de Bronislaw Baczko.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, Imaginação social, Dom Pedro II, Uruguaiana, Política.

Abstract:

The present work will direct its study towards the political conjuncture of Rio Grande do Sul state during the year of 1865, its relation with the conquering of Vila de Uruguaiana by the paraguayian troops, in a moment of inertia of the imperial border defense forces, and with the defeat and ejection of the invaders, two months afterwards, now in the presence of Emperor Dom Pedro II. It will seek, through the analysis of the documents obtained, to provide an understanding of the significance of the royal figure to the reordering of the brazilian armies within the local quarrels for power which created a propitious scenery for the enemy's success. In order to do that, the sources gathered will be discussed through the use of Bronislaw Baczko's theories of social imaginary and political representations, and considered in the light of the historical moment of its production.

Keywords: Paraguayan war; social imagination; Dom Pedro II; Uruguaiana, politics.

Sumário

1. Introdução	06
2. As elites sulinas, o Império e a invasão de Estigarribia	10
2.1 A Invasão de Uruguaiana	10
2.2 Militares e o Quadro Político no RGS	13
2.3. Reação dos aliados - a visita de Dom Pedro II	19
3. As políticas de unificação e signos da Coroa	22
4. Análise de fontes: homenagens a Pedro II e o peso de sua presença no RS ...	29
4.1 O realinhamento dos líderes litigantes após a chegada de Pedro II.....	38
4.2 Publicidade e instrumentalização do domínio do imaginário.....	44
5. Conclusão	48
6. Bibliografia e Fontes	52

1. Introdução

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado já ocorrido na América do Sul. Enfrentaram-se Brasil, Argentina e Uruguai de um lado e Paraguai de outro, de 1864 a 1870, acarretando uma série de implicações internas para o Império brasileiro. A longa duração do confronto, as dificuldades institucionais de organização do exército e os grandes gastos produzidos pela guerra puseram o Império, já em 1870, em xeque. Entretanto, nem tudo foram cinzas; no começo da guerra as expectativas da população eram de um conflito de poucos meses, e a avaliação da monarquia pelo povo, de modo geral, bastante positiva. O presente trabalho se foca nos primeiros momentos da Guerra, no ano de 1865, exatamente, quando tropas paraguaias penetram o território do Rio Grande do Sul e tomam Uruguaiana.

Foi neste ano que, em meio ao rigoroso inverno do meridional, as tropas do Coronel paraguaio Estigarribia lograram invadir o território do Império, tomando a vila de Uruguaiana e, no caminho, saqueando Itaqui e São Borja. As vicissitudes do ataque, que futuramente serão narradas com maior detalhe, contrariaram qualquer expectativa sobre a defesa imperial na fronteira, que, apesar de ter tido a invasão anunciada, não conseguiu articular seus exércitos para inibir o ataque inimigo, em uma verdadeira mostra de desorganização e dissonância entre os chefes.

O fracasso dos Comandantes Superiores em Uruguaiana não foi, porém, fruto de incompetência militar aliada ou superioridade do inimigo. Através das fontes coletadas e da análise da conjuntura política do Rio Grande do Sul no período, não fica difícil inferir que o sucesso de Estigarribia construiu-se sobre as desavenças existentes entre líderes militares e políticos da província, disputas estas que motivaram indubitavelmente o infortúnio estratégico das tropas.

As origens de tais rusgas, por sua vez, não são produto da conjuntura política da década de 1860, mas sim remetem a alguns decênios antes. Quando pensamos a Guerra do Paraguai, seus acontecimentos que tiveram palco no território do Rio Grande do Sul, os enormes contingentes de Voluntários da Pátria enviados à província e os líderes militares sulinos que participaram da campanha pelo lado dos Aliados, nem sempre temos em conta que, 20 anos antes, esta terra fora cenário de outro conflito, a Revolta Farroupilha (1835-45), de motivações republicanas e separatistas, onde parte da elite rio-grandense se pôs abertamente contra o Governo Imperial. Na relação entre as

duas contendas – a Farroupilha e a Guerra do Paraguai – algumas reflexões serão importantes para esta monografia.

Apesar das duas décadas que separam os referidos acontecimentos, determinados fatores os entrelaçam e dão origem a algumas indagações. Muitos dos líderes militares sul-riograndenses que defenderam o Império na Guerra do Paraguai e escreveram seu nome na História do país foram, durante a Revolta Farroupilha, comandantes separatistas e contrários às políticas da monarquia. Vinte anos decorridos desde o final da contenda republicana, os fatores que contribuíram para esta radical mudança despertam a curiosidade. Sabe-se que, desde antes de 1835 – ano da eclosão da revolta – até 1865, a fronteira sul do país fora palco de disputas políticas de várias frentes e alvo de interesse de concorrentes poderes, inclusive do Governo Central do Rio de Janeiro, que se empenhou em trazer para perto de si os negócios e interesses dos proprietários de terra e homens de poder do sul, principalmente após 1845. Era fundamental para o Império consolidar sua influência sobre a fronteira com o Prata. As diversas técnicas dispendidas para isso serão analisadas no decorrer deste trabalho, constando entre elas artimanhas como a regulamentação da Guarda Nacional sob a égide do Governo Central e a condução de antigos militares farroupilhas para os cargos de mais alta hierarquia da instituição, ou a interferência da diplomacia do Império em favor dos proprietários de terras na Banda Oriental.

Em defluência da cadeia de acontecimentos que se davam no sul do país e provando mais uma vez a preocupação da monarquia em estar próxima aos eventos da fronteira com o Prata, declarou Dom Pedro II que iria até Uruguaiana, mostrando-se desejoso de estar presente no contra-ataque aliado, em auxílio à pátria. O Imperador, nestes anos iniciais da guerra, quando as expectativas sobre o conflito eram, de modo geral, positivas, tomava para si o papel de “*Voluntário número um*”, o “*primeiro patriota*”, num afincado em difundir o empenho da guerra e o alistamento no país.

O anúncio da vinda do monarca causou grande comoção na província, o que temos registrado através das fontes coletadas e analisadas para este trabalho. Recepções, procissões e cânticos entoados em homenagem ao rei, organizados tanto por parte dos políticos – o que vemos registrado em Atas de Câmaras -, quanto pelos cidadãos – que têm seus louvores ao Imperador registrados em periódicos e diários de viagem -,

ocorreram em todas as localidades pelas quais passou Dom Pedro II. No acampamento militar, quando o monarca já havia chegado a Uruguaiana, as recepções tiveram continuidade: as tropas aliadas prestaram reverências, assim como os presidentes das Repúblicas aliadas. Os Comandantes Superiores e outros personagens políticos do Império, os mesmos envolvidos nas antigas rusgas que influenciaram a catástrofe da defesa em Uruguaiana, neste momento mudaram drasticamente seu comportamento. Estes figurões - entre eles o General Canabarro, o Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o Barão do Jacuí e o Barão de Porto Alegre -, na presença do Imperador, deixam de lado competições de cunho mais pessoal e se voltam a uma causa comum: a defesa do território imperial e expulsão dos inimigos invasores da vila de Uruguaiana. Apesar de este acontecimento não haver sanado definitivamente as discórdias que haviam entre estes homens, é inegável que, no mesmo momento em que o Imperador em pessoa toma uma atitude mais drástica e vai até o campo de batalha, participar da organização militar da defesa, estes senhores litigantes alinham suas condutas, em prol de um benefício e uma causa que lhes é comum.

Tendo consciência do passado revoltoso da província, que até 20 anos antes não poderia ser entendida como bem adaptada e pertencente ao Império, sabendo da influência das rusgas locais sobre o fracasso da defesa militar e a insubordinação dos Comandantes Superiores, assim como dos esforços da Coroa em se aproximar e manter sob sua ingerência a província do Rio Grande do Sul, se deseja compreender com maior totalidade os impactos políticos da vinda de Dom Pedro II entre a população do Rio Grande do Sul e os militares em questão. Qual foi seu peso, afinal, no rearranjo das forças militares da província? Como explicar a relação entre a chegada do monarca e o empenho militar conjunto em expulsar o inimigo?

Na busca por tal entendimento, foram recolhidas fontes históricas provenientes dos diversos lugares pelos quais passou o Imperador no caminho de Uruguaiana, assim como o diário de viagem de seu genro, o Conde D'Eu, que o acompanhou em parte de sua trajetória. Somando as evidências documentais aos dados trazidos pela bibliografia utilizada, pretende-se construir um quadro de informações que auxiliará na compreensão da situação como um todo. A importância e a funcionalidade política da visita real, e da simbologia imbuída na figura do Imperador, para a realocação dos chefes militares e a

retomada da vila de Uruguaiana, a partir desse quadro, serão analisadas com base nas teorias do imaginário social e representações, incorporadas nos discursos e testemunhos que compõem o material de análise para esta monografia.

2: As elites sulinas, o Império e a invasão de Estigarribia

A deflagração da Guerra do Paraguai, em 1864, trouxe consigo a instauração de diferentes frentes de batalha e a disputa entre as Forças Aliadas e as de Solano López. Tratando o presente trabalho mais especificamente da invasão paraguaia às terras rio-grandenses, em 1865, revisarei em breves parágrafos as vicissitudes do ataque, situando o leitor nos acontecimentos da Guerra e da realidade política do Rio Grande do Sul de então.

2.1: A Invasão de Uruguiana

Francisco Doratioto afirma que Solano López planejava invadir o Rio Grande do Sul desde antes da intervenção brasileira no Uruguai. Tanto que, já em abril de 1864, o major paraguaio Pedro Duarte fora incumbido de posicionar-se com suas tropas em *Encarnación*, localidade a menos de 100 km da fronteira com o Império, e aí estabelecer acampamento. Duarte delegou o comando da posição ao coronel Antonio de La Cruz Estigarribia e assumiu para si o posto de vice-comandante. Desde *Encarnación*, seguindo o planejamento militar paraguaio, Estigarribia tomou a vila argentina de *San Tomé*, operação que se deu sem grandes desgastes para as tropas, já que o lugarejo estava desocupado quando da chegada dos paraguaios. O plano de invasão do território do Império consistia na marcha paralela, de duas colunas comandadas por Estigarribia e Duarte, pelos dois leitos do Rio Uruguai, indo ao encontro das tropas do General Robles¹, e enfrentando os aliados no Estado oriental. A partir desta estratégia, os paraguaios pretendiam garantir a navegação dos rios Paraná e Uruguai².

Em 10 de junho de 1865, uma das colunas paraguaias cruzou o rio e adentrou o território brasileiro, ultrapassando com facilidade a parca e mal treinada Guarda Nacional que ali se encontrava. Estigarribia, contrariando as ordens do próprio Solano Lopez - que advertira que as vilas ao longo do Uruguai não deveriam ser invadidas nem pilhadas - seguiu avançando sobre São Borja. A resistência dentro da vila também foi

¹ O comandante Robles dispunha consigo, na parte oriental de Corrientes, uma força de 20.000 homens, enquanto Estigarribia comandava apenas 12.000. (SCHNEIDER, 1902, p. 209)

² DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: a nova história da Guerra do Paraguai**. 2 ed. rev. São Paulo – SP: Cia das Letras, 2002. p. 171 a 173.

quase nula, e, apesar de o ataque ter sido anunciado às pressas, a população teve tempo de se retirar, evitando grandes matanças.

A logística militar do Império foi, já neste momento, relapsa com as ameaças que despontavam desde a outra margem do Rio Uruguai. O General Canabarro, responsável pelo comando da defesa na região das Missões, ao saber do posicionamento das tropas paraguaias em *San Tomé*, solicitara que canhoeriras e soldados fossem enviados, pedido esse que jamais foi atendido. E mais, quando Estigarribia já se encontrava muito próximo das fronteiras do Império, o Coronel Fernandes Lima, que comandava uma das divisões de Canabarro, teve a oportunidade de abordar a coluna do general paraguaio às margens do Uruguai, mas, acreditando que os invasores haviam desistido do ataque, recuou com suas tropas, deixando o caminho livre para a entrada em São Borja.

A tomada da vila de São Borja por parte dos paraguaios se deu, como relatado, sem grandes dificuldades. Sabe-se que os moradores fugiram às pressas e que a cidade foi impiedosamente saqueada pelos estrangeiros. Após a tomada desta localidade, Solano Lopez, apesar de contrariado, ainda tentou restabelecer o comando sobre a coluna paraguaia, orientando Estigarribia a aguardar os reforços que marchariam desde Assunção ao seu encontro, mas o coronel invasor mais uma vez o desobedeceu, e, em 19 de junho, pôs-se em marcha rumo a Itaqui.³

Em Itaqui repetiu-se o mesmo que se passara em São Borja: saques, pilhagens e evidente desorganização militar paraguaia, com a diferença de que, por ter sido uma invasão anunciada dias antes, os moradores fugiram podendo levar consigo seus pertences de maior valor. Desde Itaqui, já em 18 de julho, a coluna paraguaia se pôs em marcha novamente, desta vez em direção a Uruguaiana. A defesa brasileira, que há muito sabia da invasão do território do Império e da forma como o inimigo se deslocava livremente por ele, seguiu sem agir de forma eficiente. João Frederico Caldwell, comandante militar interino da província, ordenou que Canabarro intercedesse as tropas paraguaias no passo do Rio Ibicuí, a meio caminho de Uruguaiana. Mas Canabarro novamente nada fez, alegando que *“mesmo se saísse vencedor, não conseguiria impedir*

³ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: a nova história da Guerra do Paraguai**. 2 ed. rev. São Paulo – SP: Cia das Letras, 2002. p. 173.

que o restante do exército de Estigarribia retornasse ao Paraguai”⁴. Justificativa bastante curiosa, já que o que pautava a operação de Canabarro não ia além de evitar que o invasor continuasse a avançar sobre o território do Império.

Apesar das atitudes incertas de Canabarro, os comandantes Bento Martins⁵, Caldwell⁶ e o Barão do Jacuí⁷ ainda se dispuseram a deter o avanço de Estigarribia, posicionando suas tropas estrategicamente antes da entrada de Uruguaiana. Entretanto, oito canhões – que haviam sido solicitados a Canabarro – não chegaram aos chefes militares preparados para o ataque contra os paraguaios, o que inviabilizou a operação e permitiu que os invasores tomassem com facilidade a vila de Uruguaiana, em 5 de agosto. A falha na chegada dos canhões conta com diferentes versões⁸, João Pedro Gay afirma que apenas quatro canhões foram enviados⁹, enquanto o Barão do Rio Branco defende que as armas chegaram depois de os paraguaios já terem tomado a vila¹⁰. Independente de qual versão seja a verdadeira, o que chama a atenção no episódio como um todo é a tamanha desordem institucional das forças defensoras do Império, a

⁴ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: a nova história da Guerra do Paraguai**. 2 ed. rev. São Paulo – SP: Cia das Letras, 2002. p. 174.

⁵ Bento Martins de Meneses, o Barão de Ijuí. Combateu ao lado dos Farrapos na guerra de 1835-45 e participou das intervenções brasileiras no Uruguai no começo da década de 50, quando foi alçado a Tenente-Coronel. No período da Guerra do Paraguai, responsável pelo 17º Regimento de Cavalaria, atuou militarmente com mais empenho após a chegada de Dom Pedro II à fronteira; era aliado político de Osório na Contra-Liga.

⁶ João Frederico Caldwell, foi militar de carreira do Império. Relacionado com o Rio Grande do Sul desde o começo do século XIX, afastou-se e combateu ao lado dos legalistas na Guerra dos Farrapos. Auxiliou o Império na Guerra contra Rosas, com a eclosão da Guerra do Paraguai, foi nomeado Comandante de Armas do Rio Grande do Sul.

⁷ Francisco Pedro Buarque de Abreu combateu ao lado do Império na Guerra dos Farrapos, derrotando as forças de Canabarro em 1844. Proprietário de terras no Uruguai, estava diretamente envolvido com a atuação dos estancieiros nestas terras, criando uma força militar que desagradara às políticas do Império. Apesar de ter lutado na década de 40 ao lado dos legalistas, em 1865 organiza uma força militar para auxiliar a Guarda Nacional e a Osório.

⁸ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: a nova história da Guerra do Paraguai**. 2 ed. rev. São Paulo – SP: Cia das Letras, 2002. p. 175.

⁹ GAY, João Pedro. **História da República Jesuítica do Paraguai: desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias: ano de 1861**. 2. ed. anotada. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

¹⁰ SCHNEIDER, Louis. **A Guerra da Tríplice Aliança**. Vol. 1. Rio de Janeiro: H. Garnier – Livreiro Editor, 1902. p. 230.

deficiência das hierarquias e o despreparo militar daqueles responsáveis pela guarda do território rio-grandense. Tal desinteresse e insubordinação, tanto da parte de Canabarro quanto dos outros comandantes militares envolvidos, tem em suas origens fatores que vão muito além da mera formação militar.

Alguns autores, a exemplo de Joaquim Nabuco e do próprio Doratioto, declaram que o fracasso na defesa do território nacional não é fruto apenas da inabilidade militar dos envolvidos, mas sim que está diretamente vinculado aos diferentes componentes do cenário político de então. Cabe lembrar que no mesmo ano da invasão, 1865, os partido dos liberais progressistas estava no poder no Rio de Janeiro, em detrimento dos liberais históricos, e que os jogos de disputas políticas do Governo Central eram refletidos direta e proporcionalmente na província. Joaquim Nabuco, conhecida figura entusiasta da monarquia e do abolicionismo, comenta a relação da ineficiência militar com a política em seu livro *“Um Estadista do Império”*, denunciando a fraqueza da Guarda Nacional e das instituições de defesa no país, diz ele que *“(…) a política era mais forte que todas as preocupações, envolvia, estragava, enferrujava todas as molas do serviço público. Não era, entretanto, culpa de ninguém, mas culpa de todos”*¹¹. Doratioto, por sua vez, comenta brevemente que o desinteresse de Canabarro estava diretamente ligado às disputas partidárias internas da Província, e também ao que se relacionava aos partidos desde o Governo Central¹². Sendo assim, e tendo em conta os acontecimentos do campo de batalha, resulta interessante elencar e analisar o quadro político e militar do Rio Grande do Sul de então, a fim de compreender sua relação com os comandantes envolvidos no fracasso da defesa do Império.

2.2: Militares e o Quadro Político no RGS

José Murilo de Carvalho dedica um capítulo inteiro de seu livro *“A Construção da Ordem – A Elite Política Imperial”* para explorar e entender o que foi o perfil educacional da elite brasileira, sua formação, sua superioridade intelectual em relação às

¹¹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista no Império – volume II**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 221.

¹² DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: a nova história da Guerra do Paraguai**. 2 ed. rev. São Paulo – SP: Cia das Letras, 2002. p. 178.

outras camadas da sociedade imperial e a importância que a rede de contatos e alianças proporcionada pelo ambiente das faculdades tinha para as relações entre as elites e destacadas figuras da política imperial¹³. Jonas Moreira Vargas, em sua dissertação “*Entre a Paróquia e a Corte – A Elite Política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*”, retoma o assunto com enfoque nas elites da província sulina¹⁴, analisando personagens importantes que se formaram nas universidades de Direito de São Paulo e Recife, e que vieram a ocupar posições de destaque na vida pública no Rio Grande do Sul e do Império. Não por mera coincidência, algumas das figuras mencionadas pelo autor estão envolvidas também no episódio da mal sucedida defesa imperial em Uruguaiana.

O General Canabarro, por exemplo, que entre a desorganização de tantos comandantes militares aparece com bastante destaque, era um importante aliado político do principal partido na Província de então, o Partido Liberal Histórico, chefiado pelo Brigadeiro Manoel Luis Osório. Este, apesar de ter suas tropas bastante alijadas quando da invasão de Estigarribia, era homem de forte influência no Rio Grande do Sul e também pouco ou nada fez em auxílio à defesa imperial. Tanto Canabarro quanto Osório faziam oposição ao então Ministro da Guerra do Império, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, membro do Partido Conservador e antigo presidente da Província. Ambos comandantes, Canabarro e Osório, havia muitos anos travavam acirradas disputas políticas com Ferraz, tanto a nível provincial, quanto imperial; e não foi a toa que, logo que Ferraz assumiu a presidência da Província, em 1857, a facção política apoiada por Osório e Canabarro sofreu muito com os diversos obstáculos que lhe foram impostos. Além do embate entre liberais históricos e conservadores, o Rio Grande do Sul ainda tinha espaço para outro partido nas disputas políticas de então: o Partido dos Liberais Progressistas, do qual era membro o Conde de Porto Alegre¹⁵.

¹³ CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 2. Ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2006. Capítulo 3, p. 51.

¹⁴ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria – RS: Editora da UFSM, 2010. Capítulo 1.

¹⁵ Manuel Marques de Souza - barão, visconde e conde Porto Alegre -, era militar, legalista e posicionara-se contra os rebeldes na Guerra Farroupilha, sendo inclusive aprisionado em Porto Alegre e posteriormente libertado pelas tropas do Império. Participou da guerra contra Oribe e Rosas e, quando da Guerra do Paraguai, já havia cessado suas atividades militares há muitos anos, envolvido apenas com política. A anunciação da vinda do Imperador motivou-lhe o retorno às frentes de batalha e, em seu regresso ao exército, atuou como um dos principais comandantes na expulsão das tropas de Estigarribia. (PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*, 1980, p. 26)

Tal rivalidade, que trazia como fachada os diferentes posicionamentos políticos defendidos na Província, não provinha do embate de ideologias dos diferentes partidos - que, no Rio Grande do Sul, sequer tinham uma proposta ideológica clara -, as alianças se davam por conta de interesses em comum e não através de programas de governo previamente estipulados, sempre em função de benefícios que satisfizessem aos diferentes líderes regionais¹⁶.

“A idéia de indiferenciação dos partidos parecia também confirmar-se pelo fato de ser freqüente a passagem de políticos de um campo para outro. (...) a divergência não se manifestava através da política partidária, as duas correntes se misturavam nos dois partidos.” (FAUSTO, 1994 13ª Ed, 180-181)

Jonas Moreira Vargas comenta que, após a Guerra da Cisplatina, os interesses políticos das elites sulinas gradualmente se afinaram com os do Governo Central e que os negócios dos estancieiros rio-grandenses proprietários de terras no Uruguai passaram a ser cada vez mais auxiliados pelas políticas e intervenções da Coroa. Dito cenário resultou na aproximação de Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, ajudando a selar o pertencimento do primeiro ao Império. Paulatinamente, esta nova realidade acabou por gerar diferentes frentes de disputa por poder e influência no sul do Brasil, afinal, aquele que detivesse os mais sólidos contatos com o Rio de Janeiro, mais próximo estaria dos benefícios e possibilidades de crescimento que a Coroa oferecia¹⁷.

Os anos que antecedem a eclosão da Guerra do Paraguai, se analisados através do prisma de sua história político-partidária, confirmam quão acirradas foram estas disputas no Rio Grande do Sul. Ao descrever detalhadamente as alianças políticas que foram firmadas, desfeitas e refirmadas na Província ao longo das décadas de 1850 e 1860, Vargas colabora com o entendimento de porque a dificuldade de organização dos Comandos Superiores quando da invasão das tropas paraguaias tomou tamanhas proporções, e de como as rusgas entre diferentes lideranças prejudicaram o desempenho da Guarda Nacional.

Relata Vargas que, por volta de 1855, em oposição à principal falange política conservadora do Rio Grande do Sul, a *Liga*, foi fundada a *Contra Liga*, organização partidária de tendência liberal e composta por diversos membros que antes pertenciam à

¹⁶ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria – RS: Editora da UFSM, 2010. P. 67.

¹⁷ *Ibid.*, p. 54.

própria Liga, como Luis Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, que por vínculos de afinidade política e familiar acabou por migrar de partido. Nascida como uma resposta aos mandos e desmandos de Pedro Chaves¹⁸, a Contra Liga passou gradualmente a ser apoiada por conservadores e liberais, tendo como seus principais líderes Luis Alves Leite de Oliveira Bello (primo do Barão de Caxias), João Jacintho de Mendonça e Manuel Marques de Souza, o já mencionado Conde de Porto Alegre. Estes líderes, que gozavam de bastante prestígio nos municípios litorâneos e do sudeste do Rio Grande do Sul, cobiçavam enormemente o apoio político de Manuel Luís Osório, que “*possuía forte influência sobre os militares da fronteira, onde era proprietário de terras, inclusive do lado Oriental*”, e que com o poder que detinha nestas regiões agregaria muito à Contra Liga¹⁹. Naquele momento, Osório se recusou a envolver-se pessoalmente nas lidas partidárias, mas, demonstrou simpatia pela Contra-Liga, indicando a candidatura do bacharel em Direito Félix da Cunha, de tendências liberais e que futuramente viria a ganhar espaço no cenário político sul-riograndense, até 1865, ano de sua morte.

Durante toda a segunda metade da década de 1850, a Contra Liga seguiu ganhando terreno no Rio Grande do Sul em detrimento da Liga. Osório, personagem de poder bastante arraigado já nesse momento, não se candidatava diretamente aos cargos políticos, mas sempre tinha um postulante ao qual apoiava fortemente. Por todo o território da província, este comandante contava com poderosos aliados militares, a exemplo de “*Canabarro em Livramento, José Alves Valença em Santa Maria, José Gomes Portinho em Cachoeira, Manuel Lourenço do Nascimento em Pelotas e Bento Martins em Quaraí*”²⁰ (alguns, como Canabarro e Bento Martins, estariam em 1865 direta ou indiretamente ligados à inércia militar que permitiu a invasão paraguaia), numa rede difundida e crescentemente fortalecida de contatos e auxílio mútuo. Quando a Contra Liga parecia que ia assumir de vez a homogeneidade no Rio Grande do Sul,

¹⁸ Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, Barão de Quaraí, foi político e proprietário de terras gaúcho. Membro do Partido Conservador, deixou a Província quando estourou a Guerra dos Farrapos. Comenta-se que, por seu suposto gênio violento, acirrava as disputas políticas no Rio Grande do Sul desde antes de 1835. (PORTO ALEGRE, Achylles. Homens ilustres do Rio Grande do Sul, 1980, p. 37)

¹⁹ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria – RS: Editora da UFSM, 2010. P. 58.

²⁰ Ibid., p. 60.

tomou posse na presidência da província o saquarema Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que impôs uma série de obstáculos aos objetivos políticos dos membros dos *contraligueiros*, desestabilizando o partido e conquistando o apoio de alguns de seus integrantes, como o do Conde de Porto Alegre, já insatisfeito com o espaço que lhe era reservado dentro da Contra Liga. Estes empecilhos colocados por Ferraz chegaram a lograr que Osório fosse transferido de São Borja para Jaguarão, e, em maio de 1859, removido para o Norte do país. Jogada com a qual o presidente da província e seus aliados esperavam diminuir a influência de seu opositor, e que teria funcionado, não fosse Osório haver prontamente logrado uma remoção para a Corte e em seguida ser nomeado Brigadeiro. Foi somente no final deste mesmo ano, após a saída de Ângelo Ferraz da presidência da Província, que o militar pode retornar ao Rio Grande do Sul.

Conforme se desenrolavam estes acontecimentos, se acirravam as rusgas. Ao retornar ao Rio de Janeiro, com Osório já fortalecido no Rio Grande do Sul, Ferraz foi alçado à Presidência do Conselho dos Ministros, fato que, por fim, levou o Brigadeiro a se posicionar na linha de frente da política: juntamente com Félix da Cunha funda o Partido dos Liberais Históricos, contando para isso com o apoio de Canabarro e Caxias. Em resposta a atitude de Osório, os baronistas da Província vieram a formar o Partido Liberal Progressista e, apesar dos esforços dos históricos e do recente sucesso político de alguns deles na Contra Liga, são os progressistas quem dominam o cenário eleitoral rio-grandense nos sufrágios seguintes²¹. Para complicar ainda mais o entendimento de tantos posicionamentos conflitantes e constantemente em mudança, o Barão de Porto Alegre, Progressista, foi nomeado Ministro da Guerra do Império em 1862. E foi somente nas eleições de 1865 que os liberais históricos conquistaram a maioria das cadeiras na Assembleia, mesmo ano da morte de Félix da Cunha e da invasão de Estigarribia.

Com todos os fatos narrados acima, torna-se mais fácil compreender as vicissitudes das disputas, alianças e inimizades políticas no Rio Grande do Sul na metade do século XIX que influenciaram a dissonância dos Comandantes Superiores e que culminaram no fracasso da defesa de Uruguaiana. Além deste apanhado, entender o funcionamento da Guarda Nacional, seus níveis de hierarquia interna e a lógica de relacionamento do Império com seus Comandantes Superiores também é de grande auxílio na construção da compreensão do episódio que centra este trabalho. Afinal, o fato

²¹ *Ibid.*, 60 – 62.

de a maioria dos líderes políticos serem também chefes militares não parte de uma mera coincidência: há uma grande proximidade entre poder regional e as altas hierarquias marciais.

Ao descrever as relações de clientelismo existentes na instituição da Guarda Nacional, Andre Atila Fertig, em sua tese “*Clientelismo Político em Tempos Belicosos*”, defende que uma das técnicas do Governo Central para se aproximar do Rio Grande do Sul se dava através da normatização da Guarda Nacional, que teve seu funcionamento regulamentado pelo Império em 1850, nomeando diretamente seus Comandos Superiores e gerenciando as atividades através de relatórios periódicos obrigatórios. O que acabava por formar um importante eixo vinculante da província ao Rio de Janeiro, que mediava e interligava fortemente os interesses de ambos os lados através do Comandante Superior. Uma eficiente política de controle Imperial sobre as armas das diferentes regiões do país.

“Apesar da Guarda Nacional ser uma organização existente em todo o Império, era uma instituição formada a partir dos municípios. Assim, justamente por seu caráter local, é possível afirmar que, através da criação da Guarda Nacional, o governo central reconheceu a primazia do poder político e econômico dos grupos locais no espaço do município, ao mesmo tempo em que se fazia presente em todos os recantos do Império, legitimando, desta forma, os poderes locais que se colocavam como defensores da ordem e da tranquilidade pública.”. (FARINATTI, RIBEIRO, 2011, p. 100)

Conquanto não fosse uma atividade fácil para o Governo Central nomear homens suficientes para cumprir com as demandas institucionais da Guarda Nacional, pois nem sempre era vantajoso ocupar algumas das funções mais ordinárias²², o cargo de Comandante, nas diferentes frentes de defesa da Guarda, era algo desejoso a muitos homens de influência na província, pois proporcionava a seus titulares uma série de vantagens e considerável carga de poder, oficializados desde o Rio de Janeiro. Apesar dos encargos burocráticos e militares aos quais ficava comprometido o titular da posição, as vantagens ainda eram mais numerosas. Estas referidas regalias, normalmente, se convertiam em benefícios particulares e criavam ao redor dos Comandantes Superiores uma rede hierarquizada de favores e clientelismo²³.

²² FARINATTI, Luis Augusto; RIBEIRO, José Iran. **Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, RS)**. In: HUGGE, Miguélias H. (org.) e COMISSOLI, Adriano (org.). *Homens e Armas – Recrutamento no Brasil no século XIX*. 2011. P. 99

²³ FERTIG, André Atila. **Clientelismo Político em Tempos Belicosos: A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 26.

Sobre o clientelismo e o poderio que cercavam referido cargo militar, comentam José Ribeiro e Luis Farinatti:

“Os sujeitos que se dispunham a servir à nação no desempenho daquelas funções [Comandos Superiores] alcançavam importante posição política não apenas no âmbito local, como também no papel de mediação da vida da região com o Império. Muitas vezes, tratava-se de chefes militares e políticos, que tinham um histórico bem-sucedido nas lutas que sacudiram o sul do Império e o espaço platino nas primeiras décadas do século XIX. Esse sucesso havia lhes proporcionado uma gama de recursos e relações sociais que seriam úteis no desempenho de suas funções, ao mesmo tempo em que condicionariam a atuação que teriam ali. As relações de reciprocidade estabelecidas por esses sujeitos possibilitavam que conseguissem homens e recursos para o serviço. Porém, quando possível, deveriam praticar a retribuição, na forma de isenções e promoções.” (FARINATTI; RIBEIRO, 2011, p. 100)

Ademais do prestígio conferido pelo cargo em si, o tempo de guerra era também uma fonte de dinheiro e poder para os Comandantes, o que contribuía para o acirramento das disputas, já que

“(…) estava em jogo o enriquecimento proporcionado pelos fornecimentos às tropas, pois, segundo Nabuco, ‘a guerra era uma cornucópia inesperada que se derramava sobre a província’ gaúcha, com os partidos acusando-se mutuamente de ‘falta de moralidade’. Em torno do político e do general, formava-se sempre uma clientela ávida de dinheiro, que só pensava em enriquecer à custa do Tesouro”.(DORATIOTO, 2002. p 179)

2.3: Reação dos aliados - a visita de Dom Pedro II

Sabendo-se, então, da concorrência político-partidária que vinha sendo travada na província desde antes da metade do século XIX e do quanto o partidarismo dos diferentes grupos políticos sulinos refletiam a realidade dos gabinetes do Rio de Janeiro. Tendo em mente, juntamente com o enumerado anteriormente, o espaço que ganhava o liberalismo no cenário nacional, o crescente peso dos interesses das elites gaúchas para o Império e os esforços do Governo Central em aproximar o Sul e unificar o país, torna-se mais compreensível a inatividade de Canabarro. Tal inércia, definitivamente, não deve ser traduzida como mera inabilidade militar, assim como a de Bento Martins e Osório na fronteira sul. Afinal, além de todos os embates de longa data aqui narrados, seu notório adversário político, Ângelo Muniz da Silva Ferraz era Ministro da Guerra do Império em 1865.

Em meio à tamanha desordem, decidiu Dom Pedro II se fazer presente no cenário da guerra, contrariando os pedidos do Conselho de Estado - que não concebia

como o Imperador, devido à sua personalidade em geral, poderia se aproximar do campo de batalha²⁴ -, e pondo em voga, desta vez envolto em conotação bélica, sua postura de “monarca itinerante”²⁵, já nesta época típica de seu reinado e ferramenta política de grande importância na veiculação do regime. É notório o fato de que a presença do Imperador na campanha, após os embaraçosos incidentes em Uruguaiana, contribuiu para a mudança no comportamento de guerra dos Comandantes Superiores do Rio Grande do Sul, o que se constata através da narrativa de algumas obras que tratam sobre o tema²⁶ e das próprias fontes coletadas para esta pesquisa. Percebe-se, aí, que o anúncio da vinda de Dom Pedro II ao Rio Grande do Sul faz com que todos os militares envolvidos se organizem em um acampamento de guerra frente à vila de Uruguaiana e aguardem a chegada do monarca para definir e desferir o ataque. Em um momento de mudança drástica do posicionamento das forças militares do Império, as nações aliadas conquistaram a expulsão das tropas de Estigarribia em 16 de setembro do mesmo ano. A presença do monarca, neste episódio, funcionou como um verdadeiro elemento catalisador da reação e reorganização das forças militares.

Narrar os fatos pontuais da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul e dominar a relação existente entre seus personagens é de importância vital para este trabalho, que visa compreender os impactos causados pela visita de Pedro II entre as litigantes elites sulinas. Porque afinal a chegada do líder monárquico coincide com a reorganização militar dos aliados? De que maneira o peso político de sua figura tem parte da responsabilidade por tal rearranjo (mesmo que momentâneo) destas elites em disputa? Como é percebido este líder imperial em um território que, até 20 anos antes, fora uma província insurreta? Como está ele representado no imaginário do Rio Grande do Sul? Antes de uma reflexão teórica consistente sobre o encadeamento dos fatos, a fim de desvendar estes questionamentos, conhecer as políticas e técnicas de significação do

²⁴ Joaquim Nabuco, em *“Um Estadista no Império”*, assim escreveu sobre a decisão de Pedro II; “aos olhos de um estudioso insaciável da ciência, se não uma futura inutilidade, uma necessidade que ele quisera utilizar melhor, em vez de um militar, um matemático, um astrônomo, um engenheiro”. (NABUCO, *Um Estadista no Império*, vol. II, p. 558)

²⁵ Expressão que dá nome a um capítulo do livro *“As Barbas do Imperador”*, de Lilia Schwarcz.

²⁶ Doratioto em *“Maldita Guerra”*, os relatos de Louis Schneider sobre *“A Guerra da Tríplice Aliança”* e o próprio Conde D’Eu em *“Viagem militar ao Rio Grande do Sul”* evidenciam o apreço que causa a presença do Imperador e seus reflexos na organização do ataque aliado a Estigarribia.

Governo Central para aproximar a província ao Império, assim como solidificar a unidade nacional e legitimar a figura do Imperador, é algo que muito agregará ao conhecimento que aqui se constrói.

3: As políticas de unificação e signos da Coroa

Em seu texto “*Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical*”, Gilberto Freyre é pioneiro ao apontar que o monarca, apesar de suas origens Habsburgo, Bragança e Bourbon, acabou por exibir, paulatinamente no decorrer de seu reinado, costumes e tradições de ritualísticas locais, frutos da grande miscigenação de povos que constituiu o Brasil. Lilia Schwarcz, em seu livro “*As Barbas do Imperador*”, trabalha exaustivamente a construção da imagem de Dom Pedro II na política do Segundo Reinado, desde seu nascimento até a consolidação do Império, passando pelos episódios da Maioridade e amadurecimento político de Pedro, e explora bastante a combinação das diferentes influências étnicas que compõem tal personagem político. Comenta a autora que na monarquia tropical brasileira algo semelhante ao que é contado por Marc Bloch em “*Os Reis Taumaturgos*” se passou; apesar de o Imperador não ter aqui poderes curativos, uma espécie de sacralidade fora construída ao redor de sua figura pública.

Ao longo de toda sua existência, e com maior enfoque durante o Segundo Reinado, a monarquia investiu fortemente na produção de símbolos e na perpetuação de uma imagem que refletisse sua identidade miscigenada, mesclando sua instituição à própria idéia de nacionalidade brasileira. Tal ferramenta política não aparece à toa ou sem maiores embasamentos teóricos, tem sua origem na sagacidade do Governo Central em fazer-se aceitar e pertencer em um território tão vasto e diferenciado como o do Brasil.

“No sistema de representações produzido por cada época e no qual esta encontra a sua unidade, o ‘verdadeiro’ e o ‘ilusório’ não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialético.” (BACZKO, 1985, 302)

Sabe-se que o Império se apropriou e introduziu em seu calendário oficial diferentes festas de diferentes origens, como a celebração da Festa do Divino²⁷, que misturava elementos católicos e africanos, o Aniversário do Imperador e a Independência

²⁷ Comemoração originalmente católica de herança portuguesa, mas que no Brasil assumiu facetas miscigenadas, tendo em suas festividades eventos como as congadas - que faziam referência a um suposto rei do Congo que teria vindo para o Brasil em um navio negreiro, e homenageava principalmente à vida de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, também chamada no país de Nossa Senhora do Rosário dos Negros, devido à grande aceitação e clamor que teve entre os afrodescendentes convertidos -, procissões, missas e desfiles. Há registros de cavalhadas, que faziam menção ao sucesso dos Cruzados e a Carlos Magno, numa verdadeira celebração do encontro de culturas.

do Brasil, compondo um apanhado bastante variado de comemorações oficiais. As celebrações, sempre envoltas em cunho religioso, permitiam o embaralhamento de diferentes perspectivas dos grupos que compunham a população, e, juntamente com outros elementos simbólicos que eram postos às vistas do povo²⁸, buscavam selar uma suposta brasilidade, com traços das identidades africana, europeia e indígena às quais o regime monárquico se fazia caber. Estes momentos de festejo popular eram de singular importância para a aproximação da monarquia à população, quando a primeira se fazia ver por todos, com o rei sempre imbuído em conotação sagrada. O Governo Central investia nessa ritualística teatral, construindo uma “*monumentalidade que procurava ganhar espaços na representação nacional*” e se difundir por todo o território²⁹. Sobre a utilização da popularização de festas e sobre a apropriação de influências multiétnicas como instrumento de unificação e criação de uma identidade do Brasil sob a monarquia, Schwartz comenta:

“Com essa capacidade semiótica de fazer com que a desigualdade encantasse, por meio das cerimônias públicas – em cortejos ou a frente das procissões, usando seus trajes de gala -, a monarquia transformava suas aparições em espetáculos, pelo menos até os anos 70. Os motivos eram os mais variados – natalícios, feitos históricos, festas religiosas oficiais -, mas em todos montava-se a mesma maquinaria do espetáculo, que transformava realidade em representação. (...) Espaço privilegiado para a construção de uma representação da monarquia, as festas transformavam-se em instrumentos estratégicos na afirmação quase diária da nobreza.”. (SCHWARCZ, 1998, p. 253)

Logicamente, devido à grande extensão do país, era impossível que Pedro II se fizesse presente em todas as solenidades que ocorriam, apesar de ser ele o elemento central de todo este conjunto de representações; ainda assim, há registros de datas cívicas que se instituíram tão bem no Império que eram celebradas independentemente da presença da realeza, como é o caso do aniversário do Imperador, comemorado concomitantemente em diversas províncias, inclusive no Rio Grande do Sul, com registros das homenagens enviadas por mensageiros ao Rio de Janeiro. O Imperador era, em meio a tantos símbolos incutidos pelo regime monárquico, o mais facilmente perceptível, e dos mais bem acolhidos pelos brasileiros. O sucesso da representação de

²⁸ A exemplo de selos, brasões imperiais vindos da Europa, murças de penas de papo de tucano e uma vasta coleção de imagens e representações iconográficas da realeza.

²⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 31.

sua figura se demonstra através da recepção positiva da população às comemorações propostas³⁰.

Além dos festejos de aproximação corte-população, outra política de unificação semelhante empregada pela Coroa no Segundo Reinado foram as viagens de Pedro II pelo território brasileiro, onde “*ver e ser visto*” funcionava como mais uma ferramenta de fortalecimento do poder imperial. Era crescente a popularidade do monarca, sobretudo na década de 1850, quando a unidade do Império já se estabelecera fortemente e a paz era vigente; em seus itinerários pelo país, Pedro II era sempre recebido com entusiasmo pelos locais – o que acontecera no Rio Grande do Sul em 1865 era fato recorrente nos demais lugares por onde o Imperador passava.

“(…) a cada ocasião repetia-se o teatro da corte, que, como vimos, era um elemento básico para o fortalecimento do poder real. (...) Com as viagens a realeza não só aumentava sua visibilidade, como simbolicamente o monarca tomava posse de seu vasto território. “Ver e ser visto”: eis uma nova lógica que implica unificar, também, a nação.” (SCHWARCZ, 1998, p.104)

Se através da aceitação de tais rituais por parte da população é possível medir o grau de sucesso da monarquia em unificar e costurar o território imperial, é possível também aplicar estes critérios ao Rio Grande do Sul. A participação que teve a força do Governo Central, representada aqui na Província pela presença do rei, na reorganização militar em Uruguaiana está implícita na calorosa recepção que teve Pedro II e sua comitiva, e reflete o grau de pertencimento ao Império dos Comandantes Superiores envolvidos e daqueles ligados a eles. Esses, vale lembrar, assumem em 1865 uma postura completamente diferente da dos tempos da Guerra Farrroupilha.

A mudança radical de posicionamento – que vem de uma revolta republicano-separatista e, duas décadas depois, acaba por defender o território do Império – não se deu somente inspirada nos signos e imagens transmitidas pela monarquia, naturalmente. As representações têm seu efeito na criação de uma identidade comum e no empenho de englobar, sob a égide da monarquia, todos os habitantes de um país etnicamente tão variado, fruto de um metódico trabalho de manipulação dos imaginários coletivos por parte da Coroa. O sucesso deste trabalho, por sua vez, depende também da afinação de interesses de elites alijadas e centrais.

Joana Bosak de Figueiredo em sua dissertação “*O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: A identidade e o Estado Nacional (1851-1865)*”

³⁰ Ibid., p. 248-250.

contribuiu ao entendimento de como se deu essa transição na relação de antigos farroupilhas com o Governo Central. Ou seja, como a província passou a se encaixar nos interesses do Império durante as décadas de 1850 e 1860, e vice-versa. Defende a autora que por tratar-se de uma região de fronteira, que já reivindicara a separação do Império, e por estar geográfica e culturalmente tão próxima de duas repúblicas³¹ – Uruguai e Argentina -, o Rio Grande do Sul ascendera como uma das maiores preocupações políticas do Governo Central neste período, que se esforçava em manter conciso o território nacional, afastar as ameaças republicanas de suas fronteiras e dar manutenção à sua soberania na América do Sul³².

Como elementos factuais desse empenho imperial em afinar-se com a Província sulina, temos os relatos das intervenções monárquicas em defesa dos interesses dos estancieiros gaúchos proprietários de terras na Banda Oriental; principalmente no que tange ao transporte de gado pela fronteira e ao tráfico de escravos³³. Helga Piccolo, em seu artigo “*A organização do espaço fronteiriço e os limites políticos entre Brasil e Uruguai*”, colabora fortemente ao entendimento da situação como um todo, esmiuçando o histórico das terras na fronteira, de delimitação confusa desde o período de descolonização, e demonstrando que a disputa pelos direitos sobre estes territórios foram acirrando-se ao longo do século XIX, com a crescente necessidade de consolidação dos Estados Nacionais e seus limites, tendo sido estas terras “*disputadas pelas armas e via diplomática*”. A preocupação da Coroa em se fazer presente e se mostrar ao lado das elites sulinas, portanto, não é algo novo quando eclode a Guerra do Paraguai, mas, sim, remete ao fim da Guerra dos Farrapos e posteriormente à intervenção brasileira na disputa política entre *blancos* e *colorados* no Uruguai. Piccolo afirma que “*o Império não era indiferente às crises políticas uruguaias principalmente pelo fato da luta pelo*

³¹ Bosak de Figueiredo também comenta os traços de uma identidade gaúcha, profundamente vinculada com o Prata, persistem após 1850, apesar de já mesclarem-se com um nítido pertencimento ao Império brasileiro. (FIGUEIREDO, 2000, p. 78)

³² FIGUEIREDO, Joana Bosak de. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: A identidade e o Estado Nacional (1851-1865)**. Porto Alegre: PPG História – UFRGS, 2000. p. 125.

³³ O Uruguai havia abolido a escravidão, e um tráfego considerável de cativos pela fronteira é registrado a esse tempo, tendo em vista que a chegada à república era uma esperança de libertação. Quanto ao transporte de gado, havia uma disputa entre estancieiros brasileiros e o governo uruguaio sobre a incidência, ou não, de impostos sobre os animais transportados de uma banda à outra. (FIGUEIREDO, 2000, p. 130)

poder entre blancos e colorados afetar as propriedades sul-riograndenses no território uruguaio”³⁴, e, considerando que os tratados de divisão territorial firmados 1851 fixando os limites territoriais entre Uruguai e Brasil foram favoráveis à Coroa, afirma que (1994, 141):

“havia razões de sobra para que o Império, aproveitando-se da fragilidade conjuntural do governo uruguaio, ‘arrancasse’, sob pressão, concessões não só de natureza geopolítica, mas também econômica e comercial. Prestou, assim, especialmente ao Rio Grande do Sul, ‘assinalado serviço’.”

Ao analisar as políticas imperiais e os pronunciamentos do Imperador ao longo dos anos 50 e 60, Figueiredo reforça a que vem sendo afirmado aqui, garantindo que:

“Toda a movimentação imperial, bem como o envolvimento do próprio imperador no que diz respeito aos seus frequentes pronunciamentos nas reuniões de legislatura, denotam a preocupação do império em pacificar a região acabando com os conflitos o mais breve possível.”. (FIGUEIREDO, 2000, p. 127)

Schwarcz, por sua vez, comentando brevemente o papel assumido pelo Império na fronteira sul desde a primeira metade do século XIX, também assente a importância das políticas aplicadas à região neste momento:

“A partir de então (e até o final da Guerra do Paraguai) os negócios do Prata se constituirão no principal objetivo da política internacional brasileira. (...) O Prata será uma escola política para grande parte da elite. Paranhos, Sinimbu, Pimenta da Veiga, etc. ... O imperador tomava as decisões de impacto, mas esses homens é quem conduziam o grosso do trabalho.”. (SCHWARCZ, 1998, p. 297)

Assim sendo, e tendo em conta todas as atribuições aqui relatadas e que tinham por palco os limites meridionais do Império, é possível enxergar que nos momentos que antecedem o conflito contra o Paraguai o “*cenário da guerra estava montado e só faltava o estopim*”³⁵, e é possível, também, compreender melhor os motivos que fizeram com que Pedro II viajasse ao Rio Grande do Sul, a fim de ter parte nas intrincadas negociações militares da fronteira. Afinal, é registrado que ele pessoalmente pronunciava-se preocupado com as instabilidades políticas no Prata, e é notório que sua voz de comando vinha se firmando desde as décadas anteriores³⁶. As perspectivas do

³⁴ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A organização do espaço fronteiriço e os limites políticos entre Brasil e Uruguai**. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 161, abril-junho de 2000. p. 132.

³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 299.

³⁶ Schwarcz também comenta que o uso do Poder Moderador por parte de Pedro II se relacionou diretamente com a segurança e aprovação de seu reinado. É pela década de 50 que o monarca se utiliza

Imperador quanto à guerra e sua duração pareciam positivas – “*a guerra vai bem (...) pouco durará. Espero que até março esteja terminada como convém ao Brasil*”, escreveu Dom Pedro II ao seu Gabinete em 1865 -, e, no afã nacional do grande chamamento aos voluntários para as tropas aliadas, o monarca passou a ser conhecido também como o “*voluntário número um*”³⁷. A boa recepção prestada ao Imperador, a partir destes dados, é um reflexo direto da funcionalidade das políticas de aproximação da Coroa.

Este clima otimista quanto ao grande confronto, somado às políticas ritualísticas da corte (o anteriormente comentado “*ver e ser visto*”) e à importância que tinha a região fronteira com o Prata para o Império, combinam-se na compreensão das motivações da viagem real. A vinda de Pedro II foi ansiosamente aguardada no acampamento em Uruguaiana e anunciada por todos os cantos da província. No acampamento de guerra, onde o monarca pernoitava em uma barraca como as demais e circulava vestindo trajes militares, sua participação bélica foi inexistente, ainda assim, foram levados em conta seus conselhos para o planejamento do ataque. Neste mesmo quartelamento, foi onde o Imperador encontrou-se pela primeira vez com os presidentes argentino e uruguaio e onde, por ocasião da visita do ministro inglês, Thornton, que de passagem por Uruguaiana vinha para substituir o antigo ministro britânico no Brasil, foi resolvida a questão Christie³⁸.

No caminho até Uruguaiana, Pedro II e sua comitiva real foram calorosamente saudados e recepcionados, desde o desembarque no porto de Rio Grande, passando por Porto Alegre, Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Caçapava, São Gabriel, Alegrete e,

com mais firmeza da ferramenta. E, apesar das elites bem divididas entre as disputas partidárias que seu governo enfrentava, o Imperador logra tornar-se, cada vez mais, uma espécie de “fiel da balança”. (SCHWARCZ, 1998, p. 120)

³⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 300.

³⁸ Louis Schneider relata o encontro do monarca com o novo ministro, destacando o grande feito diplomático que fora este encontro: “No dia 23 de setembro obtive o Imperador um triunfo não menor, recebendo em sua tenda diante de Uruguaiana o ministro inglês Thornton, que em audiência solene lhe apresentou suas credenciais, por ter sido transferido da Argentina para o Rio de Janeiro. Este ato conciliatório terminou o conflito que por pouco teria motivado um rompimento entre Brasil e Grã-Bretanha. O ministro inglês até então no Rio de Janeiro, Mr. Christie, tinha concorrido para exacerbar os ânimos. (SCHNEIDER, 1902, p. 237-238) O Conde D’eu, por sua vez, relata que Thornton era diplomata inglês em Assunção, afastado por motivo da guerra; foi enviado de Buenos Aires ao encontro de Dom Pedro II com uma carta conciliatória da Rainha da Inglaterra. (D’EU, 1981, p. 106-107)

finalmente, a fronteira. Acompanhando o Imperador desde o início de sua viagem estavam personagens como seu genro, o Duque de Saxe, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Ministro da Guerra, o Duque de Caxias, chefe da escolta de Dom Pedro II, o General Cabral³⁹, Almirante De Lamaré⁴⁰, o Senhor Pinto de Mello, “*encarregado da parte material do serviço do Imperador*”⁴¹, entre outros. O Conde D’Eu, autor do diário que compõe parte do apanhado de fontes para este trabalho, encontrou-se com a comitiva real pela altura de Caçapava, tendo deixado o Rio de Janeiro alguns dias depois do Imperador.

Após a chegada do Imperador a Uruguaiana, a rendição dos paraguaios se deu sem grandes dificuldades para os exércitos aliados, que já detinham desde antes da capitulação a expectativa de uma superioridade militar, através de acordos e sem qualquer enfretamento bélico⁴². O fim do cerco da vila acentuou o otimismo do Império quanto à curta duração da Guerra e a possibilidade de selar definitivamente a supremacia brasileira na região. Ledo engano, o conflito se arrastaria por mais cinco anos, enfraquecendo a instituição monárquica e pondo em xeque sua continuidade, colaborando com uma série de fatores e de novas correntes de opinião que culminarão com a ascensão da República em 1889.

Estudar agora, com base em fontes primárias recolhidas nos diversos pontos da Província por onde passou a caravana real, a repercussão política e a receptividade a Pedro II, analisando os discursos registrados, e buscando compreender as representações e imaginário do momento, poderá finalmente arrematar o quadro de entendimento aqui proposto: o verdadeiro peso da figura do rei no desfecho da invasão de Estigarribia e entre as conflituosas elites político-militares gaúchas.

³⁹ Conforme nota do próprio Conde: “*Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral, tenente-general, agraciado logo depois desta viagem com o título de barão de Itapagipe; seu gênio ativo e alegre conquistava a amizade de todos.*”. (D’EU, 1981, p. 52)

⁴⁰ Mais uma vez, nota do Conde: “*Militar distinto que nesta ocasião fora designado pelo imperador para acompanhar meu concunhado duque de Saxe, ministro da Marinha de 1862 a 1864 e de 1884 a 1885.*” (D’EU, 1981, p. 53)

⁴¹ *Ibid*, p. 53.

⁴² “Sem uma gota de sangue!”, registram conjuntamente o Conde D’Eu em seu diário de viagem, o jornal *Echo Gabrielense* e a Câmara de Porto Alegre em ata de sessão extraordinária.

4: Análise de fontes – as homenagens a Pedro II e o peso de sua presença no RGS

Este trabalho contará com diferentes tipos de fontes documentais, todas remetendo ao período da invasão de 1865. Serão analisados o diário “Relato de Viagem Militar ao Rio Grande do Sul”, do Conde D’Eu, que acompanhou o Imperador em parte de sua trajetória pelo Estado, o relatório diplomático “A Guerra da Tríplice Aliança”, do cônsul alemão Louis Schneider com tradução e comentários feitos pelo Barão do Rio Branco, Atas das Câmaras Municipais de Porto Alegre e Rio Pardo, e fragmentos de jornais de São Gabriel e Rio Grande. Todas as fontes foram recolhidas ou através da busca direta nos arquivos históricos do Estado, ou pela pesquisa de diários e relatórios que tivessem sido produzidos durante o conflito.

A existência de documentos provenientes de diferentes perspectivas da visita – como o diário do genro do Imperador em contraste com os jornais e notas publicadas pelos locais – possibilitará um confronto que tende a ressaltar mais fortemente as equivalências e disparidades entre visitante e visitado, auxiliando na construção de um painel mais amplo sobre a estada real, sua aceitação e seu impacto na Província. Através da leitura crítica destes materiais, se busca demonstrar a ligação existente entre a reorganização das tropas e a vinda de Dom Pedro II, pautando-se nas políticas de representação da corte e de significação da figura do Imperador no imaginário da sociedade brasileira. A explanação acerca de alguns rituais empreendidos no Segundo Reinado na busca pela sua aceitação e consolidação no poder está localizada nesta monografia no capítulo 3, onde foram brevemente enumeradas práticas “ritualísticas” da coroa, sua aparente “teatralidade” aos olhos da população e a sacralidade na qual é envolvido o rei. A partir das fontes recolhidas objetiva-se averiguar a percepção de tais cerimoniais no Rio Grande do Sul.

É recorrente nos materiais coletados, com maior saliência nas atas das Câmaras, o vocabulário enaltecido e diferenciado com que se referem os sul-riograndenses a Pedro II, a exemplo das Câmaras de cidades de outras Províncias do Império. Termos como “Augusto”, “Excelso”, “Imaculado”, entre outros, não deixam de acompanhar o nome do rei em qualquer menção que lhe é feita. Através das palavras de chamamento ao monarca é possível inferir sua superioridade hierárquica sobre as demais autoridades,

verbalmente explícita, além da perspectiva positiva em relação ao futuro da guerra e da liderança do rei: Dom Pedro II é constantemente evocado como “egrégio defensor perpétuo” ou “primeiro patriota”, em deflagradas manifestações nacionalistas.

No decorrer da análise dos registros, a atenção à produção e ao conteúdo dos textos elaborados neste momento histórico pretende pensar a representação e significação do imaginário incutidas na escrita da época. Bronislaw Baczko, em “A Imaginação Social”, afirma que “*o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos discursos nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem*”⁴³. Roger Chartier, por sua vez, complementa a ideia entendendo que os:

“esquemas que geram as representações devem ser considerados como produtores do social, já que eles enunciam os colapsos e as classificações posteriores. Desta forma, a linguagem não pode ser considerada como uma expressão transparente de uma realidade exterior ou de um sentido dado previamente. É em seu funcionamento mesmo, em suas figuras e seus acordos, que a significação se constrói e a ‘realidade’ é produzida.” (CHARTIER, 1990, V – Introdução)

No discurso preparado pela Câmara de Porto Alegre para a recepção do rei colhemos um bom exemplo do teor das falas dirigidas ao monarca nas cerimônias de boas-vindas. Com base neste texto é possível inferir, a partir do teor das palavras empregadas, o reflexo de uma “prática exterior” ou “sentido prévio”. Escrito pelo vereador Martins de Lima e aprovado em sessão extraordinária, eis um trecho do discurso:

“Porto Alegrenses! Pela segunda vez recebe esta província a honra de uma visita imperial. Há vinte anos era o pai quem vinha jubiloso presidir ao banquete santo, em que os filhos do Rio Grande depuseram os velhos ódios de partido, abraçando-se ante os altares da pátria. Hoje é o irmão ardente, dedicado, que acolhe aos brados do combate que se peleja sobre nossas fronteiras, querendo partilhar conosco os azares da guerra. Ah!... Viva o Imperador! Viva mil vezes o monarca augusto, que deixa o dócil pela barraca de campanha, que depõe a coroa para tomar o elmo (...) casco, e que brasileiro antes e acima de tudo, vem dar testemunho autêntico, valente, do seu patriotismo, e do orgulho com que é o primeiro deste grande povo.” (Atas da Câmara de Porto Alegre, 22/07/1865, In: Arquivo Público Moysés Velinho)

⁴³ BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: *Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 306.

É de se notar que o texto reflete uma consciência da mudança da aceitação do Império na Província do Rio Grande do Sul nos últimos 20 anos, assim como é de se notar que a presença do rei é efetivamente aclamada pelos políticos envolvidos. Apesar de ser importante ter em conta o fato de que Porto Alegre não foi uma cidade revoltosa durante a Guerra Farroupilha - e muito pelo contrário, tendo apoiado o Império -, o conteúdo de idolatria do documento se repete em outros papéis, provenientes de outras Câmaras, a exemplo de Rio Pardo. Nesta, encontra-se registros de vereadores agradecendo publicamente em sessão extraordinária a “*honra de beijar a Augusta mão de Sua Majestade o Imperador*” ou a aprovação, também em sessão extraordinária, da troca do nome de uma antiga Rua da Ladeira para Rua do Imperador, mais uma homenagem a sua passagem.

Como vem se demonstrando nos fragmentos transcritos acima, a escolha dos vocábulos empregados para se referir a Pedro II na coletânea da documentação deixa transparecer certa uniformidade verbal entre todos os seus diferentes autores. Pode-se afirmar que existe um padrão formal e difundido de referência ao monarca, composto de verbetes que transparecem lisonja e denotam hierarquia. Ao comentar as representações culturais através da escrita em seu artigo “Modelos Culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier”, Marta Maria C. de Carvalho e João A. Hansen indicam que Chartier: (In: *Varia História*, 1996, p. 12)

“Pontua que “a construção de interesses pelos discursos é ela mesma socialmente determinada, limitada pelos recursos desiguais (de linguagem, conceituais, materiais, etc.) de que dispõem aqueles que os produzem” e que, portanto, as construções discursivas reenviam “necessariamente às posições e às propriedades sociais objetivas, exteriores ao discurso, que caracterizam os diferentes grupos, comunidades ou classes que constituem o mundo social”.”

Sob esta óptica, e tendo aceitado que os meios políticos que produziram os discursos de boas-vindas ao rei eram compostos, em boa parte, por militares ou bacharéis que muito têm em comum na sua formação (lembremo-nos do comentado no capítulo 2, com base nos trabalhos de Jonas Moreira Vargas e Murilo de Carvalho, sobre as elites letradas), o que limitaria de maneira equiparada seus hábitos lexicais; é possível enquadrar os autores destes discursos em um mesmo nicho, um grupo comum no que concerne ao seu posicionamento diante da monarquia, aprovando-a e aceitando a significação incutida na figura do rei.

Ainda sob o prisma da força das palavras utilizadas nos falatórios de recepção e menção ao Imperador, outra análise importante a ser feita é no que concerne à ênfase nacionalista dos discursos. Já foi comentado neste trabalho o empenho de Dom Pedro II em transmitir ao restante do país suas previsões positivas quanto ao sucesso e brevidade da guerra. A alcunha de “*Voluntário número um*” vinha acompanhada de outros elementos simbólicos de chamamento aos soldados voluntários e apoiadores de modo geral, tais como os pronunciamentos de Pedro II nas assembleias realizadas no Rio de Janeiro⁴⁴, em que declarava seu desejo de estar presente no palco da guerra e lutar pelo país, ou pelas fotografias do Imperador trajando vestes militares. Quando no acampamento militar em Uruguaiana, Dom Pedro II vestiu-se todo o tempo com trajes soldadescos, o que foi registrado em diversos daguerreótipos e bastante veiculado no Império. Louis Schneider relata, como mais um exemplo fundamentando os aspectos simbólicos aqui destacados, que no dia do cerco de Uruguaiana o monarca desfilou a cavalo ao alcance de qualquer possível ataque do inimigo, e que “*os ministros da guerra e os generais suplicaram ao rei que não se expusesse tanto, mas em resposta ouviram que ele ocupava a única posição digna de si, diante de seu exército*”⁴⁵. O uso de termos nos discursos reconhecendo o papel do Imperador como primeiro soldado é uma espécie de atestado da representação que se produz da situação, e do acolhimento da liderança de Pedro II proposta. O trecho a seguir, coletado nas atas da Câmara Municipal de Rio Pardo, é mais um exemplo do emprego de tais palavras e do empenho em atribuir-lhes tal conotação. Com destaque para expressões grifadas, de esforçado cunho nacionalista, eis o excerto:

“(…) em reconhecimento de seu **magnânimo esforço** e **heroico patriotismo**, que sulcando o oceano veio apresentar-se nesta Província para **debelar ousado inimigo que violara o sacro solo de nossa Pátria**, e que nas intempéries da estação invernososa marchou com devotado empenho ao lugar donde destacaram as forças beligerantes do Império. Indico que, por **tanto sacrifício e patriótico zelo pelo bem da Pátria**, se felicita ao excelso soberano, e também com veemência pelo troféu alcançado na vila de Uruguaiana no dia 18 de setembro deste ano. Por tão plausíveis como justos motivos, vá de novo esta Câmara ter a subida honra de curvar-se diante o

⁴⁴ Referências às falas proclamadas em tais assembleias podem ser consultadas no livro “Falas do Trono”, sessões de 1864 e 1866, onde estão transcritas as promulgações do Imperador ao Conselho de Estado. Outras menções à tais pronunciamentos foram encontradas ao longo da obra “As Barbas do Imperador”, de Lilia Schwarcz.

⁴⁵ SCHNEIDER, Louis. **A Guerra da Tríplice Aliança**. Vol. 1. Rio de Janeiro: H. Garnier – Livreiro Editor, 1902. p. 230.

melhor dos monarcas, o senhor Dom Pedro II, beijar-lhe a mão paternal que nos liberaliza tantos bens, exprimindo assim eterno reconhecimento, amor e saudade que nos deixa.” (Atas da Câmara de Porto Alegre, 21 de julho de 1865. In: Arquivo Público Moyses Velinho)

Sendo uma das premissas da teoria do imaginário social de Baczkó o fato de que a legitimação do poder é o cerne do controle da imaginação social, não bastando a um governo ser apenas temido, mas devendo ser também aceito e reconhecido, a teatralidade da Coroa, sua exibição e enquadramento aos momentos de crise vão em busca dessa legitimação. As representações transmitidas por Pedro II, seja intitulado-se “*Voluntário número um*”, vestido de soldado da pátria ou desfilando entre as tropas e ao alcance do ataque inimigo são exemplos do esforço da monarquia pela aprovação constante de sua legitimidade. No caso do Rio Grande do Sul, em 1865, nota-se que o vigor deste esforço era ainda mais enfático.

Além da análise das representações incutidas nos discursos e espelhadas através destes, será importante para o esclarecimento do problema proposto neste trabalho averiguar os indícios de tais representações políticas e do imaginário social refletidos a partir dos registros de homenagens e das alterações da rotina no campo de batalha após a vinda de Pedro II. O emprego e o impacto destas representações na Província de São Pedro serão primeiramente pensados agora de acordo com o texto “Imaginação Social”, de Bronislaw Baczkó, que, ao analisar a evolução das ciências humanas e da história ao longo do século XX, concebe a íntima ligação existente entre política e imaginação, afirmando que:

“Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o fato de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.” (BACZKO, 1985, p.296)

Loiva Felix, ao escrever sobre a “fabricação do carisma” de Júlio de Castilhos, apropria-se das teorias sobre o imaginário social, inclusive Baczkó, fazendo análise semelhante à que vem sendo desenvolvida aqui, concebendo o funcionamento dos:

“imaginários sociais como um conjunto coordenado de representações. Essas representações tomam parte numa prática social que não é redutível aos elementos físicos e materiais investidos de uma integridade racional. A prática social se realiza numa rede de sentidos, onde são fixados pela sociedade, simbolicamente, normas e valores.” (FELIX, 1998, p. 143)

Partindo deste ponto, é possível enquadrar a ritualística e teatralidade da coroa nos escritos de Baczko, entendendo-as como ferramenta de controle político. Ainda pensando as simbologias utilizadas pela monarquia como instrumento de manejo de poder, aplicamos a teoria de Baczko à figura do rei, que, como Schwarcz afirma, não era o regime em si, mas consistia no principal elemento do conjunto de significações da Coroa, sempre envolto em uma mescla de autoridade e sacralidade.

“ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também “guardiões” do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos. (...)Do mesmo modo, os guardiões do imaginário social são, simultaneamente, guardiões do sagrado.” (BACZKO, 1985, 298-299)

Desta maneira, acreditando que no caso do Segundo Reinado um dos “guardiões do imaginário” era o próprio Imperador, pretende-se analisar agora e interpretar o conteúdo das fontes nesta monografia conciliando a importância que é dada à visita real ao grau de identificação das elites sulinas com os sistemas de representação da Coroa; dois fatores que, quanto mais próximos estejam, mais corroboram com a ideia do peso da presença de Pedro II na organização das tropas em Uruguaiana.

“No sistema de representações produzido por cada época e no qual esta encontra a sua unidade, o “**verdadeiro**” e o “**ilusório**” não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialético. É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, bem como o lugar que lhe cabe na “lógica da história”.” (BACZKO, 1985, p.302)

Assim sendo, aceitar a relação existente entre as ilusões de uma época e suas verdades históricas nos permite, por analogia, aceitar o pertencimento dos homens políticos e de armas do sul ao império em 1865. Os documentos que fazem menção às homenagens prestadas a Pedro II no Rio Grande do Sul vêm ao encontro desta afirmação. Todas as fontes coletadas relatam calorosas festas de recepção ao Imperador, as atas das Câmaras de todas as cidades pesquisadas registram editais de convocação à população, para que enfeitem a frente de suas casas com flores e fazendas, iluminando as ruas à noite; numerosos *Te Deum*, por onde quer que o monarca passe, são entoados em sua homenagem⁴⁶, o que está registrado tanto nas atas quanto nos diários trabalhados.

⁴⁶ Segundo o Dicionário Grove de Música, Ed. Jorge Zahar, 1994, p. 937.: “*Te Deum* - *Cântico em louvor a Deus entoado no final das matinas nos domingos e dias de festa, e também como canto processional e canção de ação de graças. (...)*”. O cântico de conotação originalmente religiosa é mais um traço que enfatiza a ligação da figura do Imperador ao sagrado.

Louis Schneider relata a existência de bandas de colonos alemães que prestam mesuras a Dom Pedro II quando deixava a capital da Província rumo à campanha, e outras bandas organizadas para recepcioná-lo também são registradas em Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre. Documentos coletados por Klaus Becker, em seu livro *“Alemães e descendentes na Guerra do Paraguai”*, de onde retiramos apenas o conteúdo transcrito dos arquivos, comentam o ardor da população que foi receber o Imperador no cais de Porto Alegre, o desfile de tochas que lhe foi organizado a noite, e a visita de Dom Pedro II a São Leopoldo, onde o monarca foi homenageado com um hino *“especialmente dedicado a tão importante acontecimento”*, e assistiu a uma peça de comédia alemã⁴⁷. As serenatas, que se repetiam para o Imperador todas as noites em Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo, foram repetidas após a chegada do Conde D’Eu, e não foram muito elogiadas pelo genro real, que chegou a queixar-se que as serestas sob sua janela eram tantas que não podia dormir.

Além das entusiasmadas recepções, outros tipos de homenagens estão documentadas. Como a do anfitrião de Dom Pedro II em São Gabriel, João Pereira da Silva Borges Fortes, que publicou nota no jornal *“Echo Gabriellense”* em agradecimento ao *“alto favor que se dignou a fazer Sua Majestade o Imperador e seus Augustos genros, acolhendo a oferta de um humilde agasalho em nossa casa, por ocasião de seu trânsito desta cidade para a de Alegrete, dia 3 de Setembro deste ano de 1865. Não importasse só para nós a subida honra, que tanto apreciamos, querendo que nós também deste ato de S. M. I. resulte algum benefício para a humanidade, como comemorativo dele, resolvemos dar carta de liberdade a dois escravos nossos de tenra idade”*, ou as atas de Câmara de Porto Alegre que testemunham o empenho dos vereadores em guardarem consigo a barraca em que o Imperador dormiu em Uruguaiana, *“para que seja convenientemente guardada, como uma recordação gloriosa”*. Dramatizações que repetem, em menos escala, o apelo teatralizado da Coroa e da figura mítica do rei.

É a partir destes vestígios relatados - e de outros mais que por motivos de tempo e extensão não puderam ser mencionados aqui - que é possível confirmar a aceitação da ritualística e alegoria imperial pela população local que recebe Pedro II, a qual enxerga nele o reflexo mais direto e mais claro de toda a simbologia fabricada em torno da

⁴⁷ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: Ed. Hilgert & Filhos, 1968, p. 55-56.

monarquia brasileira. Ou seja, o “*ilusório*”, que se cria sobre a figura do imperador, reproduz em certa medida a “*verdade social*” da comunidade. Ao pensar que a representação coletiva que se produz da coroa no Rio Grande do Sul coexiste entre diversos personagens de distintos posicionamentos políticos e se sobrepõe sobre ressentimentos partidários, concordo com o que fundamenta Baczko:

“Na maioria das representações coletivas, não se trata da representação única de uma coisa única, mas sim de uma representação escolhida mais ou menos arbitrariamente a fim de significar outras e de exercer um comando sobre as práticas. Frequentemente, os comportamentos sociais não se dirigem tanto às coisas em si, mas aos símbolos dessas coisas. As representações coletivas exprimem sempre, num grau qualquer, um estado do grupo social, traduzem a sua estrutura atual e a maneira como ele reage frente a tal ou tal acontecimento, a tal ou tal perigo externo ou violência interna.” (BACZKO, 1985, p. 305)

Ou seja, mesmo com as rugas e disputas de longa data que existiam na Província e que foram relatadas aqui neste trabalho, é possível perceber e fundamentar, através das fontes e do artigo de Baczko, que as representações coletivas produzidas em relação à monarquia se sobreponham aos conflitos de posicionamentos locais. Uma das possibilidades de compreensão para este fenômeno é proposta por Baczko quando este se refere às representações coletivas como uma “*tradução do estado atual de um grupo social*” e o modo como ele responde às ameaças exteriores, no caso, a invasão paraguaia que conseguira se consumir.

Evidentemente, tais ilusões não se construíram naturalmente, apenas providas da natureza regencial da monarquia. Elas são produtos do empenho do Governo Central em divulgar o regime e arraigar sua legitimidade sobre o Império e estão diretamente relacionadas com os esforços do Segundo Reinado em atender os interesses das elites sulinas e solidificar o pertencimento da fronteira sul ao país. É na aceitação e no reconhecimento de tal estratégia por parte dos rio-grandenses que devemos reconhecer o sucesso do regime. E a importância da vinda de Pedro II para a retomada de Uruguaiana está francamente atrelada a isto. Admitindo que poder político funciona sob influência direta do imaginário coletivo, tendo constantemente de moldar-se e adaptar-se a ele, Baczko vem ao encontro do que afirmamos aqui quando diz que:

“Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio.”. (BACZKO, 1985, p. 299)

Com isto, resulta cabível acreditar que, apesar da existência de disputas acirradas entre políticos antagônicos no Rio Grande do Sul, neste momento da invasão (período de reconhecida estabilidade política para o Império) o monarca tinha sua hierarquia superior reconhecida e arraigada. A simbologia real e sua penetração no imaginário dos sul-riograndenses também permitem uma explicação para o fato da coexistência da aceitação da monarquia com as disputas partidárias locais, Baczko afirma que “*bens simbólicos*” reconhecidos socialmente não se difundem natural e infinitamente, eles devem ser manipulados e bem mantidos, pois constituiriam “*o objeto de lutas e conflitos encarniçados*”, alvo de diferentes focos de poder que disputam entre si. Uma autoridade, em instância superior, “*impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar às outras*”⁴⁸.

Acerca deste ponto da teoria da imaginação social, Loiva Otero Félix reforça o que está sendo colocado aqui e comenta:

“Baczko já nos demonstrou que o poder político cerca-se de representações coletivas e que ‘para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico’, onde se dá a ‘dominação efetiva pela apropriação de símbolos’ e garante-se a ‘obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos que qualquer sociedade fabrica nada têm de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada’ razão pela qual se constituem ‘objeto de lutas e conflitos’.”. (FELIX, 1998, p. 142)

Assim, sob este prisma, se justifica o fato de a chegada do Imperador ter equilibrado as rugas dos Comandantes Superiores em disputa na província. Afinal, podemos entendê-lo como a figura que de fato centralizava as estruturas de poder do Império. Schwarcz, inclusive, chega a mencionar que Dom Pedro II, por volta da década de 1860 e em pleno gozo da estabilidade política da monarquia sobre o Império, era tido como uma espécie de “*fiel da balança*”. Onde deixava espaços para a manifestação de liberais, conservadores e políticos em geral, mas, quando julgava necessário, intervinha mais energicamente com o Poder Moderador⁴⁹.

Retomando, a partir de agora, a ideia de análise das fontes que testemunham as ritualísticas de recepção e homenagem ao Imperador, aliando-as às reflexões feitas sobre as representações imbuídas nos discursos coletados, que denotam a reconhecida

⁴⁸ BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: *Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 300.

⁴⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 120.

hierarquia da Coroa, e pensando tudo isto juntamente com o fato de ser a monarquia e Dom Pedro II, em 1865, espécies de reguladores das disputas políticas por poder, procederemos agora a análise de documentos que tratam diretamente dos líderes militares envolvidos no insucesso da defesa de Uruguaiana e da atuação do Imperador no acampamento militar.

4.1: O realinhamento dos líderes litigantes após a chegada de Pedro II

Infere-se, com base no material coletado, uma notável mudança de posicionamento dos envolvidos com o fracasso em Uruguaiana após o anúncio da vinda de Pedro II, e também de alguns políticos anteriormente mencionados que se fizeram presentes no campo de batalha com a chegada do monarca, a exemplo de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Ministro da Guerra que viajara desde o Rio de Janeiro com o Imperador, o Barão de Porto Alegre, que para lutar ao lado do rei e do exército aliado em Uruguaiana retomara a espada após muitos anos de jubramento, e o Barão do Jacuí, que apesar de contrário a algumas atitudes do Império em relação às propriedades de brasileiros na Banda Oriental demonstrou-se um fiel súdito neste momento.

É a partir dos relatos e do discurso de Louis Schneider que se percebe mais fortemente tal reviravolta na postura dos homens de armas. Durante o tempo em que se detém na narração dos acontecimentos que antecederam a tomada de Uruguaiana por Estigarribia, o cônsul alemão não deixa de descrever a displicência de Canabarro ou de seu coronel Fernandes Lima com a defesa da fronteira oeste da província, ou a insubordinação do Comandante Geral às ordens de Caldwell. Entretanto, depois de consumada a invasão da vila e anunciada a decisão de Pedro II, Canabarro é referido apenas no seu papel de Comandante Geral, cumpridor de ordens e apontado como responsável pelo infortúnio militar, sem qualquer menção a desfeitas ou disputas por parte do militar. No acampamento na fronteira, frente à vila de Uruguaiana, os escritos de Schneider apontam que todos os Comandantes Superiores e outras autoridades presentes esforçavam-se em estar próximos ao Imperador e prestar-lhe as homenagens. Os presidentes dos outros países aliados, Mitre e Flores, apenas decidiram se fazer presentes para o contra-ataque na fronteira após a confirmação da viagem de Pedro II, e

todo o tempo em que os relatos os colocam ao lado do monarca, tanto por Schneider quanto pelo Conde D'Eu, fica evidenciada sua reverência e respeito pelo líder brasileiro, seguindo as ritualísticas propostas pela monarquia e as formalidades no trato com o rei - “*Os presidentes das Republicas aliadas, Mitre e Flores, receberam o Imperador não só com todas as honras que lhe eram devidas, como também com expressões de sincero reconhecimento*”⁵⁰, relata Schneider. A primeira reunião em acampamento para decidir o futuro do ataque, vale lembrar, foi seguidamente adiada e somente realizada após a chegada de Pedro II.

O Conde D'Eu, por sua vez, também comenta as honrarias prestadas ao Imperador no campo de batalha, como quando o monarca desfilou frente às tropas das repúblicas aliadas ao som de tambores e “*até o hino brasileiro*”, sendo aclamado com um “*Viva su Majestad Imperial!! Vivan los aliados!!*”⁵¹. Outro trecho importante a ser salientado no diário é um curioso fragmento onde se comenta diretamente a presença de Canabarro no acampamento militar em Uruguaiana. No mesmo tom em que leva a escrita de todo o seu texto, com ensaiada elegância, distanciado de qualquer peculiaridade local e muito descritivo de qualquer passagem, o Conde assente, a partir de sua perspectiva exterior à província, o que já defendemos aqui sobre Canabarro, com destaque para a frase grafada:

“A idade, dando ao General Canabarro um excesso de corpulência, já lhe diminuiu um tanto as faculdades. Ao contrário do Barão de Jacuí, foi o General outrora republicano, ‘farrapo’, em gíria rio-grandense. **Foi isto há 20 anos, o Imperador e o Governo já há muito esqueceram**; porém outras pessoas não: o general tem muitos desafeiçoados no exército; e infelizmente a guerra atual não os fez calar.” (D'EU, 1981, p. 93)

Admitindo a existência das disputas internas rio-grandenses e sua interferência na guerra, a declaração do Conde testemunha e reforça o que sabemos sobre o empenho do Império em consolidar sua influência sobre a fronteira sul, desta vez com destaque para o modo como o genro do Imperador expressa isto e a mensagem de estabilidade política do país através de seu texto: “*há 20 anos, o Imperador e o Governo há muito já esqueceram*”. Frase que pode ser entendida com a intenção do Conde em denotar a grandeza de Pedro II, e que combina perfeitamente com o simbolismo de “*pai dos*

⁵⁰ SCHNEIDER, Louis. **A Guerra da Tríplice Aliança**. Vol. 1. Rio de Janeiro: H. Garnier – Livreiro Editor, 1902. p. 225.

⁵¹ D'EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora da USP, 1981. p. 92.

brasileiros” que é construído ao redor do monarca, o já mencionado “*fiel da balança*”, bem empregada no que tange à “*dominação dos símbolos*” e à garantia da obediência “*pela conjugação das relações de sentido e poderio*”. Com o mesmo olhar crítico sobre a eleição de palavras no desenvolvimento do diário, pensando a defesa da superioridade imperial que faz o Conde D’Eu, poderíamos ler os trechos em que este se refere aos soldados paraguaios, sempre descritos com adjetivos como “*feios e ignorantes*” ou “*sem sentimentos nacionalistas*”, representados sempre com um aspecto grotesco. Os escritos do Conde D’Eu, por ser ele membro da família real, diretamente vinculado aos interesses da Coroa em conhecer o imaginário popular e perpetrar sobre ele sua dominação, transparecem um maior fetichismo, uma realidade mais lúdica no que tange à figura do Imperador, com textos mais francamente veiculadores da simbologia real. Ainda assim, entendendo o posicionamento do Conde em meio a todo o acontecimento, é possível inferir dos seus registros a realocação da sociedade sulina envolvida mais diretamente com a guerra, e o peso fundamental da figura do rei nisso tudo. Nota-se, também, no seu diário o rearranjo voluntário dos Comandantes Superiores, inclusive Canabarro, que é mencionado pelo Conde entre os líderes militares no acampamento que prestam reverências a Pedro II, e agora combatendo ao lado de Caldwell, o que confere uma imagem revigorada ao velho Comandante, como pertencente ao meio social que o absorve e lhe insere em tal domínio do imaginário. Semelhante referência se faz aos também presentes no acampamento Bento Martins, Almirante Tamandaré e Caldwell. A relevância da visita se mede, igualmente, pela menção que o Conde presta a certo General Oliveira Ortiz, que diz o autor “*vem também juntar-se ao estado-maior imperial (...), velho de 80 anos, que deixou sua estância em Alegrete para vir assistir a tomada de Uruguaiana.*”⁵².

Além do comportamento dos aliados, a rendição de Estigarribia também é um fato que corrobora com o pensamento que está aqui sendo desenvolvido. A retomada da vila de Uruguaiana, para ainda maior aclamação de Pedro II no Império, se deu apenas via acordo, sem uma única gota de sangue derramada; contou com as exigências do comandante paraguaio por meio de uma carta, onde aceitava capitular impondo uma série de condições, entre elas o pedido de interferência de Dom Pedro II para que lhe fossem asseguradas as garantias prometidas. O que, sob um aspecto mais crítico de

⁵² D’EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora da USP, 1981. p. 97.

leitura, também nos permite inferir a credibilidade em alta conta do monarca, seu poder de intercessão e sua posição de liderança reconhecida entre outras existentes no acampamento. Todas estas evidências registradas no campo de batalha, o reconhecimento dos líderes republicanos ao líder monárquico brasileiro, a mudança no comportamento dos Comandantes Militares outrora destoantes e a própria exigência de Estigarribia em ter suas garantias asseguradas por Pedro II, podem ser somadas a um grande entendimento da aceitação do Regime e idoneidade do Estado brasileiro, onde o rei era a figura central.

Baczko, no desenvolvimento de sua teoria da imaginação social, concilia ideias de Marx, Durkheim e Weber para o entendimento das representações do imaginário em uma sociedade. Estando de acordo com Marx de que a *“ideologia envolve as representações que uma classe social confere à si própria em relação às classes antagonistas na estrutura global da sociedade”*⁵³, é possível aceitar que a luta de classes passa obrigatoriamente pelo campo ideológico. Nas sociedades, as representações de ideologia da classe dominante são as representações mestras de dita comunidade, e para que uma classe dominada consiga se impor é necessária a fabricação de sua própria ideologia. Segundo Baczko, ainda, a contribuição de Weber consiste no argumento de que *“a estrutura inteligível de qualquer atividade humana provém do fato de os agentes sociais buscarem deliberadamente um sentido na sua conduta, regulando, por conseguinte, seus comportamentos em função destes juízos.”*⁵⁴. A consciência coletiva social, portanto, seria proveniente desta *“rede de sentidos”* que concebe uma sociedade e aceita *“marcos de referência simbólicos”*. O fundo de crenças comuns, sentimento de coletividade necessário à conformação social proposto por Durkheim, por sua vez, é utilizado por Baczko na elaboração da ideia de que a existência de uma *“consciência pública”* implica na necessidade de os agentes sociais envolvidos aceitarem a superioridade do fato social sobre o individual, pensamentos e sentimentos exteriores ao indivíduo representados através de signos reconhecidos por todos.

⁵³ FONSECA, André. **A imaginação no poder: o teatro da política na encenação da legitimidade**. In: Revista Contracampo do PPG em comunicação da UFF. Rio de Janeiro: Nº 16, 2007. P. 169

⁵⁴ Ibid, p. 170.

Ao descrever a importância da sobreposição do fato social sobre o individual para o bom funcionamento de uma sociedade, Baczko mais uma vez vem em auxílio ao entendimento da situação trabalhada. A respeito disso afirma o autor:

“A fim de que uma sociedade exista e se mantenha, assegurando um mínimo de coesão, é preciso que os agentes sociais acreditem na superioridade do fato social sobre o fato individual, que se dotem de uma “**consciência coletiva**”, isto é, um fundo de crenças comuns que exprima o sentimento da existência da coletividade. Ora, só é possível comungar ou comunicar entre os homens através de símbolos exteriores aos estados mentais individuais, através de signos posteriormente concebidos como realidades. Um dos caracteres fundamentais do fato social é, precisamente, o seu aspecto simbólico.”. (BACZKO, 1985, p 304)

Logo, frente à ameaça externa que se concretizou com a invasão paraguaia, as discordâncias relacionadas aos fatos individuais cedem espaço à importância do fato social. O que Baczko chama “*consciência coletiva*” se demonstra plausível ao estudarmos as vicissitudes do inverno de 1865. A comunicação entre os homens, no caso os homens de armas e políticos do Rio Grande do Sul de diferentes frentes partidárias, se faz viável “*através de símbolos exteriores aos estados mentais individuais*” e se estabelece por meio da aceitação da monarquia e da liderança representada na figura do Imperador. Ao mesmo tempo em que a presença do monarca atua como “*aspecto simbólico*”, um dos fundamentos do “*fato social*” e elementos fundamentais ao equilíbrio das disputas entre esferas menores que a do Império, é através do exercício desse papel que a monarquia “*exerce seu poder simbólico*” no Rio Grande do Sul e reforça “*a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos*”, garantindo a “*obediência pela conjugação das relações de sentido e poder*”.

A construção de tal coletividade, tão forte que em um momento de perigo externo reacomoda as frentes de embate internas em um mesmo flanco, tem sua origem na vida da vida social e sua concretização através dos esforços daqueles que dominam o imaginário social, e é partir daí que são definidas as relações políticas entre os homens.

“O social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcos de referência simbólicos por meio dos quais os homens se comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas, etc. A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que as fixam e traduzem. Assim se define um código coletivo segundo o qual se exprimem as necessidades e as expectativas, as esperanças e as angústias dos agentes sociais. Por outras palavras, as relações sociais nunca se reduzem aos seus componentes físicos e materiais. Do mesmo modo, as relações políticas, enquanto dominação dos homens por outros homens, não se reduzem a simples relações de força e de

poderio.”. (BACZKO, 1985, p. 304)

Concordando com Baczko, então, é possível afirmar que a “*produção do social*” aplicada à província do Rio Grande do Sul neste tempo de reconhecida estabilidade política do Império, permite a aceitação de “*marcos de referência*” por meio dos quais os homens se comunicam. Os valores e significações produzidos com base na vida social e partir destes marcos, vêm acompanhados de sistemas de representação difundidos e conectores dos membros desta sociedade, é a partir destes vínculos que se traça o que é comum ao conjunto e o que concerne individualmente a cada homem. Ao afirmar que “*as relações sociais nunca se reduzem aos seus componentes físicos e materiais*”, Baczko nos permite entender funcionalmente a coexistência de uma consciência coletiva e de individualidades dissonantes, aceitando que a primeira, em uma situação de estabilidade do Regime, se sobrepõe às outras. A aceitação do comando político em cada sociedade, o que se aplica perfeitamente à monarquia brasileira na metade do século XIX, deve estar de acordo com ditos marcos e consciência coletiva.

Pensar novamente as rusgas existentes entre Liberais Históricos, Liberais Progressistas e Conservadores que movimentavam o cenário político no Rio Grande do Sul ao longo de muitos anos, e o quanto suas querelas influenciavam nas decisões dos homens de poder do sul do país, somando tal pensamento ao conteúdo que se desprende das fontes analisadas – onde se tem registrados Canabarro, Bento Martins e Ferraz unidos em acampamento e lado a lado na celebração da retomada de Uruguaiana e entoação de um *Te Deum* ao rei -, nos é permitido ter uma noção da abrangência da dominação política da monarquia neste momento, e do bom controle que esta tinha sobre os sistemas de representação atuantes nessa sociedade.

Dom Pedro II, no centro de todo o aparato simbólico e representativo da Coroa e em meio às tremendamente desequilibradas forças partidárias no Rio Grande do Sul, funciona como muito mais que o “*fiel da balança*” político. Sua figura e a representação incutida nela podem ser interpretadas como fieis da balança de boa parte das discordâncias dos homens que compõem o social.

“No domínio social, as produções imaginárias, em particular os mitos, constituem outras tantas respostas dadas pelas sociedades aos seus desequilíbrios, as tensões no interior das estruturas sociais e as eventuais ameaças de violência.” (BACZKO, 1985, 305)

A motivação da reorganização em que se encaixam as elites sulinas a partir da chegada de Pedro II não deve, entretanto, ser entendida como mero fruto do carisma ou legitimidade do Imperador. O comportamento dos Comandantes Superiores envolvidos não provém de coação ou idolatria isoladas, mas de uma combinação de diretrizes sociais bem introjetadas e percepção individual de cada homem (membro do social) da situação. Defende Baczkó que:

“A potencia unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo a ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.”. (BACZKO, 1985, p. 308)

Ao passo que aceitamos que Canabarro, Porto Alegre, Ângelo Ferraz e outros personagens envolvidos interiorizaram tal “*sistema de valores*” e, sob a urgência da ocasião da invasão, atuaram em função de uma mesma causa, uma “*ação comum*”, reforçamos a ideia de que eles, muito além das desavenças pessoais estavam inseridos em um todo coletivo, imbricado de um imaginário pautado sobre o regime monárquico. Resulta agora interessante pensar, sob um aspecto mais teórico, as técnicas de veiculação e propaganda da Coroa em amarrar e legitimar sua dominação política. Ou seja, as políticas utilizadas pela monarquia para legitimar e manter sob sua égide esse imaginário comum. Essas práticas já foram mencionadas neste trabalho no capítulo 3, onde foi destacado o empenho do Governo Central em ritualizar, “*ver e ser visto*” pela população e significar suas alegorias e protocolos. Cabe-nos, neste momento, analisar estes fatores através de um prisma teórico, que contempla as técnicas de publicidade e sua relação com o imaginário.

4.2: Publicidade e instrumentalização do domínio do imaginário

Sobre o desenvolvimento da propaganda política ao longo da História, e mais solidamente com a ascensão do Estado Moderno e das tecnologias de comunicação, no esforço de manipular e valer-se dos imaginários coletivos, Baczkó comenta:

“A Invenção de novas técnicas, bem como o seu refinamento e diferenciação, implicavam a passagem de um simples manejo dos imaginários sociais a sua manipulação cada vez mais sofisticada e especializada. A partir desse momento, a história do *savoir-faire* no domínio dos imaginários sociais confunde-se em grande parte com a história da propaganda, isto é, a evolução das suas técnicas e instituições, a formação do seu pessoal, etc.”. (BACZKO, 1985, p. 299)

Indo ao encontro do excerto acima, e tendo em mente que a legitimação de um governo deve estar no centro da imaginação social, podemos enquadrar a publicidade produzida pela Coroa brasileira. Esta, apesar de não contar com grandes tecnologias de comunicação e ainda assim ter de abranger um território imenso como o do Brasil, tem seus esforços reconhecidos na propaganda do Segundo Reinado. Lilia Schwarcz descreve a monarquia como instrumento planejado de unificação do país e enfatiza seu empenho constante em consolidar o regime, tendo como uma das armas para isto sua divulgação, que tentava fazer-se cabível às diversas comunidades que compunham o Império.

“(…) desde os primeiros anos de independência houve um investimento evidente na divulgação de uma representação ao mesmo tempo comum e peculiar desse longínquo Império. Comum, no sentido em que se procurou afirmar todo o tempo a feição europeia de nossa monarquia. (...) Peculiar, já que havia o Atlântico a nos separar e toda uma realidade social e geográfica a nos distinguir. (...) É nesse sentido que a monarquia se transforma em um símbolo fundamental em face da fragilidade da situação. Transcendendo a figura humana do rei, as representações simbólicas do poder imperial evocavam elementos de ‘longa duração’ que associavam o soberano à ideia de justiça, ordem, paz e equilíbrio.” (SCHWARCZ, 1998, p. 18)

Baczko, ao discutir a imaginação social em comunidades mais modernas, descreve a propaganda como uma “*atitude técnico-instrumental diante da imaginação*”, um instrumento eficaz para sua manipulação e especialmente desenvolvido para esta finalidade. Contemporaneamente, indissociável do domínio político sobre o imaginário e fundamental à produção de mitos.

“(…) as pesquisas sobre a propaganda mostraram os meios técnicos e científicos de que as sociedades contemporâneas dispõem no domínio da produção e manipulação dos imaginários sociais. Os poderes que conseguem garantir o controle, senão o monopólio, destes meios apropriam-se assim de uma arma tanto mais temível quanto mais sofisticada. (BACZKO, 1985, 305)

A eficiência da propaganda de regimes políticos, e no caso específico da monarquia brasileira, é mais um exemplo do que Baczko defende quando diz que as “*relações políticas, enquanto dominação dos homens por outros homens, não se*

reduzem a simples relações de força e de poderio”, e está diretamente relacionada com a fabricação e aceitação de uma quimera. Fernando Bouza, no livro “*Imagen y Propaganda*”, analisa o papel da imprensa entre as ferramentas de publicidade e de veiculação da monarquia católica na Espanha e em Portugal sob o reinado de Filipe II. A utilização da imagem do rei era explorada ao máximo neste momento, juntamente com outros signos reais, auxiliando na fundamentação de seu poder e corroborando com o robustecimento da Monarquia Católica espanhola. De maneira análoga ao que se passa no Brasil com Dom Pedro II, três séculos depois, é possível traçar alguns paralelos entre as políticas de significação e divulgação de imagens e símbolos entre as duas coroas, principalmente no que tange ao aspecto sacralizado do Rei. Ao referir-se aos fatores que constituíam a imagem pública de Filipe II, Bouza afirma que:

“Uno de los elementos esenciales en la construcción de retórica de su imagen fue presentarlo como el auténtico Defensor de la Fe y valedor ejecutivo de la República Cristiana en los momentos de su máxima aflicción.”. (BOUZA, 1998, p. 139)

Ou seja, Filipe II legitimava seu reinado sob a égide de monarca católico, abençoado e zelador da religiosidade cristã. Dom Pedro II, por sua vez, e como comentara Schwarcz, não podia apoiar-se somente em padrões católicos para edificar sua liderança, devido à grande miscigenação de povos e crenças que havia no Brasil no XIX. Ainda assim, sua presença em comemorações populares de conotação religiosa como a Festa do Divino, o termo “Augusto” com o qual é constantemente chamado, ou ainda os numerosos *Te Deum* entoados em sua homenagem deixam transparecer certo esforço pela sacralização de sua figura, adaptada à realidade do Império.

Além da questão religiosa envolvendo o rei, a criação de alegorias semelhantes pode ser pensada em outros campos com os quais o Imperador se esforçava em identificar-se: o militar, por exemplo. Seu discurso declarando que iria à Uruguaiana, independente da vontade do Conselho de Estado, estava carregado de um tom dramático: “*Se me podem impedir que siga como Imperador, não me impedirão que abdique, e siga como voluntário da Pátria*”⁵⁵, e reforçava sua imagem de “*Voluntário número um*”. As vestes militares que usava no acampamento faziam trabalho semelhante. Tanto o discurso, registrado e publicado, quanto os registros visuais do Imperador em ditos trajes

⁵⁵ apud DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: a nova história da Guerra do Paraguai**. 2 ed. rev. São Paulo – SP: Cia das Letras, 2002. p. 179.

militares, são espécies de suportes da representação e são levados aos olhos tanto dos presentes em Uruguaiana, quanto daqueles que têm acesso aos jornais e outros meios de comunicação por todo o Império. Segundo Baczko, a “*consciência pública*” se transmite através de signos que fabricam as representações da realidade. No excerto seguinte, apesar de referir-se mais diretamente às artes visuais e à aos retratos que circulam pelo Estado, é possível aplicar os escritos de Bouza à propaganda que se produz de Pedro II. Diz o autor:

“Porque no cabe Duda de que El poder también se expresa de formas no coercitivas y que entre esos expedientes no violentos se encuentran las imágenes. Es aquí donde debe aludirse a la teoría de la representación tal y como la encontramos resumida en la exposición de Louis Marin en su brillante estudio sobre los retratos de Luis XVI y lo que él llama la ficción simbólica. (...) Louis Marin elabora una hipótesis general sobre el valor de las artes visuales a la hora de conseguir no sólo que el poder se haga reconocible, por así decirlo, se exhiba y se juste fíque sino también como factor que dé intensidad al poder, haciendo que pase de simple fuerza a convertirse en potencia.”. (BOUZA, 1998, p. 64-65)

Enfim, tendo refletido melhor sobre o potencial da propaganda política e sua influência sobre a dominação dos imaginários, sabendo da importância de tal manipulação para a legitimação de um poder e conhecendo o trabalho que a Coroa brasileira desempenhava neste sentido, torna-se mais palpável o entendimento e a construção da “*consciência coletiva*” que levava as elites sulinas a uma “*ação comum*” na presença de Pedro II e frente às ameaças estrangeiras.

5: Conclusão

Após todas as reflexões desenvolvidas ao longo desta monografia, uma última ainda resta a ser contemplada: a análise da relação existente entre os diversos pontos trabalhados e descritos no decorrer dos capítulos, a fim de compreender o papel e o peso de cada um na resposta ao problema levantado. É a partir dessa macro visão, que busca enxergar o trabalho em escala ampliada, que acredito ser possível edificar as ponderações finais do texto.

Primeiramente, cabe afirmar que a explanação mais aprofundada acerca do histórico político dos militares envolvidos na defesa fracassada de Uruguaiana e do cenário partidário do Rio Grande do Sul como um todo, serviu de aparato ao entendimento do quadro político da província de uma maneira mais ampla e completa. O conjunto dessas informações embasou a compreensão do que teria motivado a insubordinação de Canabarro ou a inércia de outros Comandantes Superiores, e tornou fácil conceber que o sucesso de Estigarribia foi mais fruto do desalinhamento das tropas na província do que de sua habilidade militar. Ditas disputas existentes entre homens de poder no Rio Grande do Sul, sob a conjuntura maior da monarquia, estão de acordo, também, com o embasamento teórico proposto para a resolução do problema. Afinal, foi mencionado que Baczko pressupõe a coexistência de forças concorrentes à força do Regime, que poderiam legitimar-se em detrimento do último em situações de instabilidade, mas que, se bem pertencentes ao sistema de representações proposto, compartilham fatos sociais que se sobrepõem aos elementos individuais. Ou seja, a esfera das disputas locais é menor, em importância, que a esfera das questões relativas ao Império.

Por sua vez, a enumeração de políticas da Coroa para manter a unidade do Brasil, legitimar o regime e solidificar sua influência sobre a fronteira com o Prata, também ajudou a compor de maneira mais abrangente o entendimento do cenário de como o Governo Central enxergava o Rio Grande do Sul e vice-versa. Quando pensamos juntamente o empenho da Coroa em regulamentar a Guarda Nacional e colocá-la sob sua égide, aproximando-se de poderes militares locais em todo o Império; as intervenções no Prata que funcionavam concomitantemente em auxílio aos interesses dos proprietários de

terras do sul e do Governo Central; ou ainda a simbologia e teatralização da monarquia difundida e propagada por todo o território brasileiro, onde as viagens de Pedro II pautavam-se por “*ver e ser visto*”, temos uma visão mais ampla das diversas frentes de divulgação e legitimação do Segundo Reinado. Todos estes fatores enumerados anteriormente são reflexos do trabalho bem sucedido da Coroa em trazer para perto de si o Rio Grande do Sul, e elementos que auxiliaram a análise das representações que transparecem a partir dos discursos das fontes, possibilitando o enquadramento destas à teoria da imaginação social de Baczko. A ritualística imbuída na decisão de Dom Pedro II quando este declara que se dirigiria de qualquer maneira ao cenário da guerra no sul, assim como suas demais declamações de nacionalismo e amor pela pátria, são perfeitas continuidades das políticas empregadas pelo Império explanadas neste trabalho, da mesma maneira, enquadram-se na teoria da imaginação social no papel que lhes cabe: no centro das representações sociais, legitimando seu poder e para isso valendo-se dos mecanismos técnico-instrumentais ao seu alcance. A resposta da população a tais ritos e formalidades, recebendo ao Imperador e seguindo os protocolos da Coroa, foi uma das provas que colhemos quanto à eficiência das técnicas aplicadas pela monarquia no Rio Grande do Sul.

Assim sendo, a dialética existente entre os dados colocados nos capítulos 2 e 3 permitiu que pudéssemos enquadrá-los, todos, ao referencial teórico que pauta esta monografia, construindo um grande apanhado que aloca os personagens envolvidos em um mesmo meio social, funcional e dinâmico, onde, independentemente das rusgas paralelas que existam e por vezes infrinjam divergências mais sérias: o “*fato social*” demonstra-se mais importante que o “*fato individual*” frente a ameaças externas. É nestes moldes que encontramos, com base nos dados do trabalho, a sociedade rio-grandense em 1865, e é a partir deles que se pode afirmar que a entusiasmada recepção feita a Pedro II reflete o grau de pertencimento da província ao Império. A mudança radical no comportamento dos líderes militares sulinos após a vinda do Imperador, mais notoriamente Canabarro, está diretamente atrelada a este pertencimento, pois reflete a reação coletiva frente ao perigo exterior (no caso, a invasão de Uruguai pelos paraguaios). Tal pertencimento, por sua vez, fundamenta-se sobre o imaginário social comum entre as elites sulinas.

“O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das

respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as coletividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu “pessoal”. O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva.” (BACZKO, 1985, p. 306)

Aceitar a identidade coletiva que transparece no aquartelamento de Uruguaiana, todavia, não significa apagar a existência das dissonâncias existentes no Império – “*todas as coletividades têm seu modo de funcionamento específico*”. O florescimento de um não anula a existência do outro. Deve-se apenas ter claro que, para os homens envolvidos, um sentimento se sobrepõe ao outro, naquele momento e naquela conjuntura. As disputas locais, em um plano inferior ao do regime monárquico e que não contestavam, naquele tempo, sua legitimidade, são naturais dentro de qualquer Estado consolidado. A competição intrapartidária no Rio Grande do Sul na década de 1860 é travada pela legitimidade do vínculo com o poder central, ao qual todos estavam ligados.

“Qualquer instituição social, designadamente as instituições políticas, participa assim de um universo simbólico que a envolve e constitui o seu quadro de funcionamento. Como já indicamos, os bens simbólicos que as sociedades produzem não são ilimitados. Ora, a legitimidade do poder é um bem particularmente raro e asperamente disputado. Constitui, muito em especial, o objeto dos conflitos e lutas entre dominantes e dominados.” (BACZKO, 1985, p. 307)

Por fim, para refletir a frase “*os bens simbólicos que as sociedades produzem não são ilimitados*”, trazemos um exemplo bastante próximo ao acontecimento histórico estudado neste trabalho: o final da Guerra do Paraguai, em 1870, que se arrastara por muito mais tempo que o previsto, abalando as estruturas militares no Império e deixando sérias sequelas econômicas para o país. Ao final do conflito a aprovação ao regime já não era a mesma que em 1865, e a crise que culminou com a queda da monarquia está relacionada a isso. Nestes tempos, por exemplo, já não seria possível afirmar que a legitimidade da Coroa centralizava perfeitamente o imaginário social: o “*fato social*”, “*consciência coletiva*”, ou identidade comum não eram mais pautados pela monarquia. Por esse motivo, também, que podemos afirmar aqui que enquanto no centro do imaginário estiver clara a legitimidade de um poder, é este o soberano de uma comunidade⁵⁶.

⁵⁶ BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: *Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 307.

Foi, então, a partir da perspectiva de uma história política e do estudo dos imaginários sociais que se mostrou possível compreender melhor a reviravolta no comportamento dos Comandantes Superiores na fronteira sul após a invasão do inimigo. Quando aceitamos que esses, diferentemente de 20 anos antes, estavam em 1865 politicamente bem alocados no regime, podemos confirmar a eficiência das estratégias de unificação da Coroa na segunda metade do século XIX, e a partir disto aceitar que a vinda do líder monárquico foi de fato um elemento de peso para a reorganização aliada.

Evidentemente, em decorrência da situação calamitosa que se instaurou após a invasão da vila de Uruguaiana, passou a existir uma inegável necessidade de agir por parte dos militares no Rio Grande do Sul. Entretanto, pôde-se enxergar com base nos dados relatados ao longo do texto que o centro para onde convergem os interesses dos líderes sul-riograndenses envolvidos está localizado na figura do monarca. Por estas razões, julgamos inequívoca a importância da presença de Dom Pedro II na província para o sucesso da expulsão dos paraguaios.

6. Bibliografia

- BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: *Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BECKER, Klaus. **Alemães e Descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai**. Canoas: Editora Hilgert & Filhos Ltda., 1968.
- BOUZA, Fernando. **Imagen y Propaganda: Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II**. Madrid: Ediciones Akal S.A., 2011.
- CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- CARVALHO, Marta Chagas e HANSEN, João Adolfo. **Modelos culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier**. Belo Horizonte: Revista Varia História, nº 16, Setembro, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações - Coleção Memória e Sociedade**. Lisboa: Editora Difel, 1990.
- **Dicionário Grove de Música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, José Iran. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). In: HUGGE, Miguélias H. (org.) e COMISSOLI, Adriano (org.). **Homens e armas: Recrutamento Militar no Brasil Século XIX**. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda., 2011.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 13ª Ed., 2010.
- FÉLIX, Loiva Otero. A Fabricação do Carisma: A Construção Mítico-Heróica na Memória Republicana Gaúcha. In: FÉLIX, Loiva (org.) e ELMIR, Cláudio P. (org.). **Mitos e Heróis: Construção de Imaginários**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- FERTIG, André. **Clientelismo Político em tempos belicosos**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.
- FIGUEIREDO, Joana Bosak de. O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado nacional (1851-1865). Dissertação de mestrado, PPG História UFRGS. Porto Alegre, 2000.
- FLAFKE, Álvaro Antônio. **O Império Construído nas Fronteiras: Defesa da Unidade**

na Província Sul-Riograndense. *In:* De Um Império a Outro: Estudos sobre a Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. COSTA, Wilma Peres (org.); OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). São Paulo: Fapesp, 2007.

• FONSECA, André. **A imaginação no poder: o teatro da política na encenação da legitimidade.** *In:* Revista Contracampo do PPG em comunicação da UFF. Rio de Janeiro: Nº 16, 2007.

• NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império volume II.** Editora TopBooks, 5ª Edição, 1999.

• PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A Organização do Espaço Fronteiriço e os Limites Políticos entre Brasil e Uruguay.** Rio de Janeiro: Revista IHGB, nº 161, Abril-junho, 2000.

• PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Erus, 1984.

• SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

• VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850 – 1889).** Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

Fontes:

• D'EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

• **Falas do Trono.** São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1977.

• GAY, João Pedro. **História da República Jesuítica do Paraguai: desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias: ano de 1861.** 2. ed. anotada. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

• SCHNEIDER, Louis. **A Guerra da Tríplice Aliança.** Vol. 1. Rio de Janeiro: H. Garnier – Livreiro Editor, 1902.

• Hemeroteca José Hipólito da Costa – Porto Alegre

• Arquivo Histórico Moysés Velinho – Porto Alegre

• Arquivo Público de Rio Pardo – Rio Pardo